

**A CONTABILIDADE AMBIENTAL NO SECTOR
FINANCEIRO – A CGD E O PROGRAMA CAIXACARBONO
ZERO**

Rui Sérgio Moreira Calado

Projecto de Mestrado em Contabilidade

Orientador:

Doutora Teresa Cristina Pereira Eugénio, Professor Adjunto, Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Departamento de Gestão e Economia

Abril 2011

**A CONTABILIDADE AMBIENTAL NO SECTOR
FINANCEIRO – A CGD E O PROGRAMA CAIXACARBONO
ZERO**

Rui Sérgio Moreira Calado

Projecto de Mestrado em Contabilidade

Orientador:

Doutora Teresa Cristina Pereira Eugénio, Professor Adjunto, Instituto Politécnico de
Leiria, Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Abril 2011

AGRADECIMENTOS

Este trabalho quer pela sua finalidade académica quer individual, não seria possível sem a ajuda de um número considerável de pessoas.

Na preparação e redacção deste projecto, tive a oportunidade de contar com o apoio de diversas pessoas que, directamente ou indirectamente, contribuíram para que os meus objectivos fossem passíveis de ser realizados.

Desejo, por isso, expressar os meus sinceros agradecimentos:

À minha mulher e filhos pela extraordinária paciência, carinho e incentivo que me deram para fazer este projecto.

À minha orientadora, Dr.^a Teresa Eugénio, pela disponibilidade demonstrada e pelos seus esclarecimentos sempre que necessários, em assuntos relacionados com a Contabilidade Ambiental.

Aos meus colegas da CGD que demonstraram uma dose de paciência para as minhas questões e disponibilidade na partilha de conhecimentos.

Aos meus amigos por compreenderem o facto de estar menos presente, mas mesmo assim me incentivarem.

A todos aqueles que embora não referenciados nestas poucas linhas contribuíram directamente ou indirectamente para que este trabalho fosse possível.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	3
ÍNDICE.....	4
Sumário	8
Sumário Executivo.....	10
1 - Definição do contexto do problema	12
2 - Revisão da literatura	14
2.1 - A Contabilidade Ambiental – perspectiva histórica e conceitos.....	15
2.2 - A Sustentabilidade nas organizações e o seu relato.....	19
3 – Objectivos propostos na análise ao tema “CGD e Contabilidade Ambiental”	22
4 - Métodos e técnicas de recolha e análise de dados	24
5 - Análise de Informação e Conclusões	27
5.1 - O Programa Caixa Carbono Zero.....	27
5.2 - A Instalação dos Painéis Solares no Edifício Sede da CGD.....	35
5.3 - Indicadores de desempenho ambiental.....	37
5.4 – Divulgação de informação financeira ambiental no Relatório e Contas.....	42
5.5 - Divulgação de Informação Ambiental em Relatórios de Empresas Portuguesas	47
5.6 - Sistemas de Gestão Ambiental (SGA)	50
5.7 – Auditoria Ambiental	53
6 – Sugestões de melhoria	56
7 – Conclusões.....	59
Bibliografia	65
Anexos	69

Lista de Figuras

Figura 1 – Evolução do Conceito de Responsabilidade Social.....	14
Figura 2 – Sistema de Gestão Ambiental segundo a ISO 14001.....	55

Lista de Quadros

Quadro I – Características dos entrevistados	26
Quadro II – Indicadores de Desempenho (EN)	39
Quadro III – Indicadores de Desempenho (FS)	41
Quadro IV – Volume monetário em produtos amigos do ambiente	42

Símbolos e Abreviaturas

ADENE – Agência para a Energia

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

AVAC – Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado

BCP – Millennium BCP (ex-Banco Comercial Português)

BES – Banco Espírito Santo

CERCLA – Comprehensive Environmentally Response Compensation and Liability Act

CGD – Caixa Geral de Depósitos

CH4 – Metano

CO₂ – Dióxido carbono

CSEAR - Centre for Social and Environmental Accounting Research

EDP – Electricidade de Portugal

EMAS - Eco-Management and Audit Scheme

EN – Indicador de desempenho ambiental

FASB – Financial Accounting Standards Board

FEE – Fédération des Experts Comptables Européens

FS - Indicadores de Desempenho do Suplemento do Sector dos Serviços Financeiros

GEE – Gases com efeito de estufa

GRI - Global Reporting Initiative

GW/h – GigaWatt/hora

HFC – Hidrofluorcarbonetos

IAS – International Accounting Standards

IASB – International Accounting Standards Board

IFRS - International Financial Reporting Standards

INDEG – Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial do ISCTE

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISAR – United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting

ISCTE - Instituto Superior Ciências do Trabalho e Empresa
ISO – International Organization for Standardization
Kg - Kilograma
KPI - Key Performance Indicators
KWh – Kilowatt/hora
N2O – Óxido Nitroso
NCRF – Norma de Contabilidade e Relato Financeiro
NCRF-PE – Norma de Contabilidade e Relato Financeiro para Pequenas Empresas
ONU – Organização das Nações Unidas
PAG - Potencial de Aquecimento Global
PFC – Perfluorcarbonetos
PME – Pequena ou Média Empresa
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
R&C – Relatórios e Contas
SEA – Social and Environmental Accounting
SF6 – Hexafluoreto de enxofre
SGA – Sistema de Gestão Ambiental
SGI – Sogrupos Gestão de Imóveis
TBL – Tripple Bottom Line
UK – Grã-Bretanha
UN-Isar – Grupo de Trabalho Intergovernamental de Peritos sobre as Normas Internacionais de Contabilidade e Reporting
US GAAP – Generally Accepted Accounting Principles
USA – Estados Unidos da América

Sumário

Este projecto pretende abordar a temática da Contabilidade Ambiental. O estudo incide sobre uma organização do sector financeiro – a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), e em particular o seu Programa Caixa Carbono Zero, mormente no que diz respeito à instalação de painéis solares (fotovoltaicos), no seu edifício sede. A informação é analisada com base no ano de 2009, dado ser a informação completa disponível durante a elaboração deste projecto académico. A CGD é um dos maiores bancos do sistema financeiro português, detido a 100% pelo Estado Português. Tem cerca de 11.000 funcionários que laboram não só em Portugal, mas também no estrangeiro, em países onde esta organização tem interesses estratégicos. Estes interesses encontram-se materializados em Bancos, Sucursais, Escritórios de Representação, entre outras participações.

Iniciamos o trabalho tendo em vista identificar o contexto em que se insere a Contabilidade Ambiental, nomeadamente através da definição do problema e o seu contexto. De seguida, apresenta-se uma revisão de literatura, onde é pretendido abordar a perspectiva histórica e conceitos de Contabilidade Ambiental e perceber a Sustentabilidade nas organizações e o seu relato.

No capítulo 3 são apresentados os objectivos do projecto, os quais em termos macro englobam descrever e verificar qual o estágio da Contabilidade Ambiental na CGD, particularmente verificando se estão ou irão estar implementados, por exemplo, Sistemas de Gestão e Auditoria ambientais. Os métodos e técnicas de recolha e análise de dados são brevemente explanados e, por último foi analisada a informação reunida, de forma a poder retirar as conclusões.

Palavras-Chave: Contabilidade Ambiental, Sustentabilidade, Projecto, Sistema Financeiro

Abstract

This project aims to address the issue of Environmental Accounting. The study focuses on an organization's from the financial sector - Caixa Geral de Depósitos, SA (CGD), and in particular its project “Caixa Carbono Zero”, regarding the installation of solar panels (photovoltaics), in the headquarters. The information is analyzed based on year 2009, because that was the information available, during this project. CGD is one of the largest banks in the Portuguese financial system, 100% owned by the Portuguese State. It has about 11,000 employees who work not only in Portugal but also abroad, in countries where this organization has strategic interests. These concerns are embodied in banks, branches, representative offices, among other holdings.

The work for this project started identifying the context in which it appears Environmental Accounting in CGD, in particular by defining the problem and its context. A literature review is presented, which intends to give the similarities and differences between the Environmental Accounting and Sustainability.

Chapter 3 presents the project objectives, which include macro terms to describe and verify the level of Environmental Accounting in CGD, especially checking what is implemented or will be in a short future, for example, management systems and environmental auditing. The methods and techniques, data analysis are briefly explained, and finally is analyzed the information gathered, in order to draw conclusions.

Key words: Environmental Accounting, Sustainability, Project, Financial System

Sumário Executivo

A elaboração deste projecto está inserida no âmbito da dissertação para obtenção do grau de Mestre em Contabilidade no Instituto Universitário de Lisboa INDEG/ISCTE. Com este projecto, onde foram reunidas sinergias profissionais e académicas, pretendeu-se atingir o objectivo de englobar a análise crítica acerca de um tema bastante actual, que visasse uma avaliação do Programa Caixa Carbono Zero, identificando os seus pontos fortes e fracos e que determinasse os vectores que devem ser seguidos na conjuntura actual, identificasse caminhos a seguir no futuro, dentro desta temática que a sociedade continua a menosprezar – O Ambiente.

Esta abordagem pretendeu fazer uma ponte entre os interesses empresariais e o meio ambiente, identificar e se possível concluir sobre o estágio deste tema em Portugal. Em particular, será focado o caso da CGD, no qual se pretende identificar os benefícios e apoios às empresas “mais verdes”, nomeadamente em termos fiscais assim como outros apoios dados pelos diversos sectores económicos da sociedade, nomeadamente pelo sector financeiro (v.g., produtos verdes, linhas de crédito para apoiar as empresas que tomem iniciativas amigas do ambiente). O objectivo da escolha da CGD, como estudo de caso, pretende igualmente demonstrar algumas das vertentes em que as empresas podem lucrar junto da opinião pública, mormente em imagem.

Da relação entre a contabilidade e o meio ambiente surge uma nova forma de abordagem que tem como objectivo a obtenção, tratamento e divulgação de informação da empresa de carácter ambiental, de molde a ser possível quantificar os gastos e rendimentos que a empresa tem ou pode vir a incorrer, nas matérias relacionadas com o meio ambiente.

A Contabilidade Ambiental é um tema em desenvolvimento, tanto em Portugal como no resto do mundo, definido como “todas as áreas da Contabilidade que podem ser afectadas pela resposta aos assuntos ambientais, incluindo as novas áreas de eco-contabilidade” (Gray *et al.*, 1993).

Pereira (2007) refere que a Contabilidade Ambiental tem como objectivo direccionar o sistema de informações adoptado pela Contabilidade Tradicional, para a quantificação e evidenciação aos utilizadores da informação contabilística do impacto ambiental no património das organizações e da conduta da empresa em relação ao meio ambiente.

A informação fornecida pela Contabilidade Ambiental, apoia os Sistemas de Gestão Ambiental e a tomada de decisão na procura de objectivos melhorados e de novas opções de investimento. A Contabilidade Ambiental, ao reconhecer e avaliar os custos ambientais, permite aos gestores identificar oportunidades para poupar custos e obter rendimentos (Organização das Nações Unidas, 2001).

Existe também a necessidade de levar os gestores a uma tomada de consciência, no sentido de os alertar para o facto dos recursos naturais não serem inesgotáveis e que certos danos causados à natureza são irreversíveis, pois o meio ambiente foi visto, durante muito tempo, como um recurso inesgotável, utilizado e explorado sem atender às consequências que poderiam advir desta incorrecta gestão.

Actualmente, verificam-se algumas mudanças, essencialmente de mentalidades, que têm contribuído para a utilização dos recursos naturais de uma forma concertada, reunindo esforços para não extinguir estes recursos. Assim, é possível que gerações vindouras tenham também ao seu alcance oportunidades de utilização deste bem tão precioso.

A ONU tem procurado dar uma resposta neste domínio, definindo metas e caminhos a seguir para uma regulamentação e definição de um vector de actuação, não só para a protecção do meio ambiente em geral, mas também com uma política de admoestação aos Estados mais poluentes e maior protecção dos países mais desprotegidos.

Após classificação e quantificação, os custos e proveitos ambientais devem ser organizados através da criação de subcontas. Tal deve ser feito de acordo com os requisitos do Modelo de Normalização Contabilístico em vigor, respeitando a estrutura das Demonstrações Financeiras. A fase final consiste em incorporar a informação ambiental na empresa, o que exige a reorganização do seu processo de divulgação (Eugénio, 2004).

O reconhecimento dos custos ambientais exige o estabelecimento de critérios de medida e valorização que são específicos para cada caso. Este processo apresenta ainda algumas dificuldades, nomeadamente no que se refere à quantificação de alguns custos que são normalmente negligenciados. Alguns exemplos são, o custo de degradação da saúde pública, o preço da utilização dos bens naturais e o custo da utilização de recursos não renováveis ou de uma espécie em vias de extinção (Eugénio, 2004).

A estrutura deste projecto tem início na definição do contexto do problema, onde está englobada a Contabilidade Ambiental, como surge esta linha de pensamento e quais os factores a que está associada. De seguida, apresenta-se uma revisão de literatura, onde se aborda a perspectiva histórica e conceitos de Contabilidade Ambiental e a Sustentabilidade nas organizações e o seu relato. Os objectivos estão patentes no ponto III deste projecto, seguido de uma explicação dos métodos e técnicas utilizadas.

A análise da informação resulta da explicação do Programa Caixa Carbono Zero e suas implicações, mormente na vertente da eficiência energética. As conclusões são espelhadas no ponto VI, transmitindo a ideia do que se encontra concretizado e do que falta implementar e/ou está em vias de ser implementado.

1 - Definição do contexto do problema

A CGD como instituição de crédito de referência, tem conhecimento das suas responsabilidades. Estas são essencialmente perante o sistema financeiro português, onde actua com grande disciplina e profissionalismo. No entanto, nos últimos anos tem adoptado também responsabilidades em termos sociais e ambientais.

Cumprindo o objectivo de dar a conhecer à sociedade portuguesa a sua preocupação com o meio ambiente, a CGD desenvolveu o Programa “Caixa Carbono Zero”, que tem como objectivo macro a redução das emissões de carbono para a atmosfera.

Desde longa data que diversas acções do Homem têm impactos ambientais. Estes são resultantes das decisões e medidas que desenvolvemos. A década de 60, ficou marcada como o início da chamada consciencialização do problema ambiental. Surgem os primeiros movimentos ambientalistas, com as preocupações acerca dos resíduos dispostos incorrectamente, as suas consequências ao nível da cadeia alimentar e consequências na saúde da espécie humana e de todos os seres vivos (Pereira, 2007).

A década de 70 é marcada pela crise do petróleo e pela regulamentação. Em 1972, realiza-se a conferência de Estocolmo resultando a produção de legislação com vista ao controlo da poluição. Há uma preocupação com a racionalização do uso da energia e a busca de combustíveis mais puros.

Surge o conceito de desenvolvimento sustentável, com o relatório “Bruntland Report” (1987), definido nesse mesmo documento como “A competência que a humanidade tem de ter para tornar o desenvolvimento sustentável, de forma a garantir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades”. Numa perspectiva do desenvolvimento sustentável há que crescer, mas com algum cuidado.

No plano económico-financeiro, as ideias simplistas de maximização do lucro deram lugar a objectivos simultâneos de maximização de proveitos, crescimento, sobrevivência e de responsabilidade humana e social, onde a componente ambiental tem um peso considerável.

Em Portugal estas questões ambientais, acentuaram-se na década de 80 com a integração na União Europeia. Vários conceitos e técnicas têm surgido para dar resposta a estas preocupações como o *eco-design*, *eco-marketing* ou a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA). Estas são algumas das técnicas que as empresas devem adoptar visando a melhoria contínua das suas actividades, permitindo a melhoria de resultados mas igualmente o respeito pelo meio ambiente.

Actualmente, o debate sobre a responsabilidade social das Organizações está na ordem do dia, do qual o ambiente é um pilar importante. A Figura 1 ilustra a evolução ocorrida no conceito de Responsabilidade social das organizações. As organizações começaram

por ter apenas uma responsabilidade económica de gerar lucro, mais tarde a sua responsabilidade evoluiu também para uma responsabilidade legal, posteriormente para uma responsabilidade ética e actualmente muitas das organizações já reconheceram também a sua responsabilidade social.

Figura 1 – Evolução do Conceito de Responsabilidade Social



FONTE: SGS (2009)

A CGD não ficou à margem desta questão e tem desenvolvido vários projectos neste âmbito. Este estudo incide em particular sobre o Programa Caixa Carbono Zero, na vertente de poupança energética, que será objecto de uma análise detalhada nomeadamente em termos de contabilidade ambiental (incluindo o registo e divulgação).

2 - Revisão da literatura

Neste capítulo são abordados vários tópicos referentes à temática em análise com o objectivo de enquadrar conceitos relacionados com a contabilidade ambiental e sustentabilidade.

2.1 - A Contabilidade Ambiental – perspectiva histórica e conceitos

Foi na década de 1990 que as primeiras empresas a começaram a produzir relatórios ambientais. Com a legislação ambiental mais rigorosa em quase todos os lugares, o sector financeiro começou a exigir mais dados ambientais, com maior pormenor. Esses dados têm diversas finalidades tais como: *i)* reduzir as suas próprias exposições a empréstimos; *ii)* reduzir o risco de crédito; *iii)* controlar a exposição da própria entidade ao risco. Servem igualmente para aferir a capacidade das empresas para gerir e integrar as questões ambientais em geral a longo prazo, assim como as estratégicas, comparando os progressos realizados entre as empresas no tempo. A contabilidade, como ciência, pode contribuir de forma positiva no campo de protecção ambiental, através dos dados económicos e financeiros se estes forem utilizados de forma sistemática, de molde a serem registados e controlados (UNCTAD, 2008).

Historicamente, a Contabilidade do Meio Ambiente passou a ter status de um novo ramo da contabilidade, em Fevereiro de 1998, com a finalização do "relatório financeiro e contabilístico sobre passivos e custos ambientais" pelo Grupo de trabalho intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios - ISAR – *United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting* (UNCTAD, 2008).

A Contabilidade Ambiental foi definida por Gray *et al.* (1987), como “o processo de comunicação dos efeitos sociais e ambientais das acções económicas das empresas”. Este conceito envolve uma extensão da contabilidade das empresas para além do papel conservador de providenciar informação, de cariz contabilístico aos accionistas e interessados. Esta dilatação de âmbito está baseada na assumpção que as empresas têm mais responsabilidades além dos lucros que devem proporcionar aos seus accionistas.

Mais tarde, Mathews (1993) define a contabilidade ambiental como divulgações voluntárias de informação, qualitativas e quantitativas, produzidas pela organização para informar uma minoria de audiências.

Em 1993, Gray *et al.* refere que a Contabilidade Ambiental cobre todas as áreas da contabilidade, possam ser afectadas pela resposta do negócio, aos assuntos ambientais, incluindo novas áreas como a eco-contabilidade.

Finalmente, a definição que tomamos como a mais adaptada ao presente projecto foi dada por Mathews e Perera (1995, p. 364), “considerar a contabilidade social como uma extensão da informação em áreas não tradicionais de fornecimento de informações sobre funcionários, produtos, serviços à comunidade e prevenção ou redução da poluição.”

Há pelo menos 40 anos que se estudam, os temas de contabilidade Social e Contabilidade Ambiental. Esta é uma área de pesquisa bem definida que se desenvolveu através da literatura e da responsabilidade social da década de 70, que explora a relação entre a contabilidade, a organização e a sociedade. Esta literatura reflectia a importância das questões sociais para o crescimento económico (Eugénio *et al.*, 2010).

Mathews (1997) dividiu a investigação em Contabilidade social e ambiental em três períodos 1971-1980, 1981-1990, 1991-1995.

No período de 1971-1980, as preocupações com o meio ambiente, não estiveram no topo da lista de preocupações dos académicos ligados à contabilidade, nem dos políticos. Estes investigadores, estavam mais preocupados com a chamada “contabilidade social”, especialmente no que dizia respeito às divulgações relacionadas com os meios humanos e os produtos.

Nesta época, a actividade de investigação era reduzida e os escritores e estudiosos do assunto, consideravam que as matérias relacionadas com a contabilidade social e/ou ambiental, não tinham interesse, considerando-as de menor importância, sendo por isso escassos os textos especializados ou livros sobre a matéria.

Em termos de regulamentação, também não se verificaram grandes avanços sobre estas matérias, uma vez que não existiram desenvolvimentos, em termos de normas contabilísticas e financeiras. As estruturas conceptuais antigas, não levavam em

consideração a dimensão “social” (USA), ou a larga maioria de contabilistas não reconheciam esta dimensão (UK).

Durante a década de 1981-1990, foram produzidas diferentes publicações. A investigação foi mais analítica e menos descritiva, foi dada ênfase ao debate filosófico sobre o papel da contabilidade na publicação de informação, sobre as actividades que envolvem a contabilidade social e ambiental, e mais tarde, sobre a natureza dos problemas ambientais e o tipo de relatório que poderá ser útil a um maior leque de utilizadores.

O período de 1991-1995, foi pródigo em publicações sobre a contabilidade ambiental, fazendo “arrefecer” o interesse nas matérias relacionadas com contabilidade social. Este factor está relacionado com uma diferença entre as duas matérias, onde se considera que a contabilidade ambiental, gera um maior compromisso pessoal no que diz respeito aos temas a desenvolver.

Este ponto de vista, pode ser defendido na sua essência sustentando que as matérias relacionadas com o meio ambiente, são mais importantes e estão relacionadas com a sobrevivência do Homem e de todas as espécies existentes.

Contrariamente ao desejado, houve nesta época, um vazio na criação de normativos e em termos de trabalho e pensamento filosófico sobre a matéria. Entre os vários desenvolvimentos deste período está incluída a criação da auditoria ambiental. Infelizmente, a maioria deste trabalho foi desenvolvido fora da literatura e da disciplina da contabilidade, recorrendo ao uso de outros cientistas e técnicos.

A relutância dos contabilistas, em cortar com as atitudes e paradigmas tradicionais, limitou o avanço da disciplina para outros campos do saber. Ao ver a falta de aceitação da contabilidade social e ambiental pelos próprios contabilistas, e alguns dos principais investigadores nesta matéria, é defendida uma aproximação mais radical de forma a causar impacto, com o objectivo de alterar a situação.

Este autor defendia que existiam poucos académicos, envolvidos nos projectos de desenvolvimento da contabilidade social e ambiental e destes, muitos já estão há muito

tempo a tratar estas matérias, denotando falta de sangue novo para as oportunidades de cooperação interdisciplinar.

Actualmente, esta ideia é contrariada por vários estudos, como por exemplo o estudo “*Recent developments in social and environmental accounting research*” (Eugénio *et al.*, 2010), levado a cabo por três investigadoras portuguesas sobre a publicação de matérias relacionadas a com contabilidade social e ambiental, desde 2000 a 2006, onde se conclui que existe um interesse crescente por estas matérias, por parte de investigadores. Também partilham desta opinião estudos recentes como Parker (2011).

O CSEAR (Centre for Social and Environmental Accounting Research) é um exemplo de avanço nestas matérias. Este centro tem conseguido aumentar o número de potenciais académicos e instituições envolvidas, através de *summer schools*, seguindo o exemplo outras instituições como a Universidade Nacional da Austrália que tem organizado simpósios onde o tema foi discutido.

O aspecto educacional ainda não atingiu um nível satisfatório, sendo necessário que a próxima geração de contabilistas, continue o trabalho no sentido de fazer uma reforma do sistema. Vários autores têm estudado a questão da introdução de matérias ambientais nos currículos de cursos do ensino superior, o que seria de todo desejável (Gibson, 1997; Sundin, 2010; Stevenson, 2000).

As organizações profissionais têm desempenhado um papel fundamental nesta matéria. Collison e Slomp (2000) analisaram o papel da FEE – *Fédération des Experts Comptables Européens*. Concluíram que desde os finais dos anos noventa e princípios deste século, as estruturas europeias foram reagindo a todas estas questões.

Para além das participações e dos trabalhos internos, a FEE desenvolveu um *Discussion Paper*, com vista a debater a qualidade do relato ambiental e para suportar o conhecido “Relatório Ambiental das Empresas”. Propôs-se, no sentido de ser obtida uma estrutura comum, desenhar o “*Towards a Generally Accepted Framework for Environmental Reporting*”. Parte deste documento também foi tido em conta e serviu de suporte para a CERES/GRI.

Esta iniciativa da FEE foi também seguida pelo IASB, tendo tido como resultado a produção de um *Discussion Paper*, onde se declara que:

“...this is to encourage dialogue between accountancy professionals, environmental reporters and stakeholder groups regarding the introduction of a framework for qualitative characteristics in environmental reporting” (Collison e Slomp, 2000).

Finalmente, uma última reflexão para referir que os contabilistas, académicos e outros profissionais devem direccionar os seus esforços, tomando o seu lugar neste processo como especialistas.

Uma forma de o fazer, será alargar a franja de temas cobertos pela contabilidade, incluindo os temas sociais e ambientais, e mesmo a auditoria ambiental.

2.2 - A Sustentabilidade nas organizações e o seu relato

A sustentabilidade ambiental consiste na manutenção das funções e componentes do ecossistema, de modo sustentável. Pode igualmente designar-se como a capacidade que o ambiente natural tem, de manter as condições de vida para as pessoas e para outras espécies tendo em conta a habitabilidade, a beleza do ambiente e a sua função como fonte de energias renováveis.

Assegurar a sustentabilidade ambiental, exige que se alcancem padrões de desenvolvimento sustentável e a preservação da capacidade produtiva dos ecossistemas naturais para futuras gerações. Ambos os esforços exigem várias políticas, para inverter os danos ambientais e melhorar a gestão do ecossistema.

O desafio tem duas dimensões: tratar a escassez de recursos naturais para as pessoas pobres do mundo e inverter os danos ambientais resultantes do elevado consumo das pessoas, nos denominados “países ricos”. Estes países ricos consomem muitos combustíveis fósseis e esgotam muitos dos recursos naturais (v.g., pesqueiros, madeiras e produtos tropicais) do mundo, danificando o ambiente em termos globais. Desta

forma, as espécies que se encontram em perigo de extinção ou que estão a sofrer reduções significativas em número, não ficam salvaguardadas.

Para assegurar a sustentabilidade da Terra e dos seus recursos, estes padrões prejudiciais de produção e consumo têm de mudar. Os sistemas energéticos alternativos têm vindo a tomar um lugar cada vez mais importante na nossa sociedade.

Os reportes de sustentabilidade actuais, em grande parte não espelham os riscos ambientais nem as oportunidades de negócio.

Os investidores estão a fornecer capital aos negócios a preços incrivelmente baixos, a coberto da ignorância sobre os riscos ambientais que podem afectar esses mesmos negócios e que não são identificados nem divulgados.

Neste sentido, é identificada uma necessidade de standardizar a informação a publicar. É necessário também criar processos, para fornecer todos os elementos necessários para que os investidores, a opinião pública e a sociedade em geral possam avaliar, em posse de todos os elementos, a informação que está a ser publicada/fornecida (Schaltegger and Burrit, 2000; Burrit and Schaltegger, 2010).

De salientar que, se a organização estiver a utilizar a contabilidade ambiental apenas para propósitos internos, a necessidade e o detalhe da informação, não têm as mesmas proporções que no caso anterior. Este facto é justificado se atendermos que internamente as empresas têm conhecimento dos seus negócios e respectivos impactos.

Adams and Whelan (2009) defendem um relatório de sustentabilidade mais credível e o mais cristalino possível para os utilizadores.

Complementarmente, a *Global Reporting Initiative* (GRI), tipifica a abordagem *Outside-in* ⁽¹⁾ e fornece *guidelines* para a elaboração de relatórios de sustentabilidade com o objectivo de serem publicados para o “exterior” das empresas.

A definição dada pelo GRI de sustentabilidade “é a prática de medir, divulgar e ser responsável pelo desempenho organizacional, enquanto trabalhar para a meta do desenvolvimento sustentável”. Um relatório de sustentabilidade proporciona uma representação equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização relatora, incluindo tanto as contribuições positivas e negativas

O GRI tem sido considerado como o modelo de *guidelines* para a produção de relatórios de sustentabilidade mais seguido em todo o mundo. Desses relatórios fazem parte igualmente a realidade política, necessidade que se demonstrou necessária derivada do facto de relatórios elaborados em partes do mundo com realidades tão diferentes, como os Estados Unidos da América e o Uganda, não serem de fácil leitura para os destinatários que não conheçam bem as realidades de cada País.

O processo criado com o GRI, engloba a influência de três vectores: descritivo, material e carismático. Alguns dos factores críticos para o sucesso do GRI são manter o equilíbrio entre os interesses colectivos e individuais; dar ênfase aos aspectos técnicos; e ser construído de forma completamente original e nova, não desafiando qualquer poder já instituído (Brown *et al.* 2009; Burrit e Schaltegger, 2010). A *Twin-track* agrega um pouco das duas abordagens anteriores que foram referidas.

(1) Existem três formas de abordar a ligação entre a gestão e a contabilidade sustentável nas empresas: *Inside-out*; *Outside-in*, *Twin-track* (Burrit and Schaltegger, 2010). No primeiro caso temos uma forma de abordagem em que os gestores olham para a contabilidade Sustentável, como um conjunto de ferramentas pragmáticas que contribuem para a resolução de problemas ambientais e sociais das empresas.

Esta “teoria” considera que apenas quando a informação de gestão inclui os aspectos da sustentabilidade. Os gestores terão uma base completa para tomar decisões mais acertadas em termos de sustentabilidade. Para tal é necessário que a contabilidade forneça os dados necessários. A investigação nesta abordagem sugere que as estratégias de negócio são transformadas em *Key Performance Indicators* – KPI, surgindo depois a contabilidade sustentável que é desenvolvida para o suporte à decisão dos gestores.

Para delinear a estratégia de divulgação de informação de gestão sustentável, podem ser utilizadas ferramentas como o *Balaced Scorecard* Sustentável, ou o *Eco-Control* (Henri and Journeault, 2010; Burrit e Schaltegger,(2010). Esta análise tenta “condensar” os assuntos relacionados com sustentabilidade em KPI e em outras exigências de informação.

A abordagem *Inside-Out*, é baseada na definição da estratégia de negócio da empresa e na análise dos assuntos que são importantes e relevantes para a implementação dessa mesma estratégia, para um sistema de medição da performance, gestão e reporte da sustentabilidade.

A *Outside-in* fornece uma segunda abordagem sobre a forma como a gestão pode contribuir para um desenvolvimento sustentável (Aras e Crowther, 2009). Cada vez mais organizações estão a perceber, que faz sentido utilizar a responsabilidade social nos negócios e que esse compromisso com os accionistas pode ser utilizado para melhorar a performance das empresas. É neste factor que a abordagem *Outside-in* se baseia.

Deste modo, temos a combinação da perspectiva de gestão da *Inside-out* com a visão dos *stakeholders* na *Outside-in*.

De forma a melhorar a gestão é pedido que se encontrem soluções, que permitam integrar os assuntos do ambiente nos sistemas de controlo. Algumas das quais podem passar por:

- Desenvolver indicadores específicos (v.g., gastos de energia, tratamento de detritos);
- Utilizar os indicadores para monitorizar a *compliance*, para suportar as decisões tomadas, motivar o contínuo desenvolvimento e reporte para o exterior;
- Definir objectivos específicos para os orçamentos das despesas ambientais, ganhos e investimentos nesta área;
- Ligar os objectivos e indicadores definidos a recompensas.

Henri e Journeault (2010), tentaram capturar a essência do caminho da gestão, de forma a ir de encontro ao desenvolvimento da contabilidade sustentável. Este estudo apresenta resultados empíricos que se podem extrapolar para outros elementos da sustentabilidade, nomeadamente a necessidade de seguir ambos os caminhos: o crítico e o de gestão, de molde a tornar a sustentabilidade mais do que um simples alerta e começar a “mergulhar” na resolução dos problemas (Burrit e Schaltegger, 2010).

3 – Objectivos propostos na análise ao tema “CGD e Contabilidade Ambiental”

Da revisão da literatura efectuada, surgem algumas questões, que serão analisadas em vários pontos deste documento. No contexto da Contabilidade Ambiental na Caixa Geral de Depósitos, S.A, pretende-se concluir e identificar sobre o estágio actual e futuros desenvolvimentos previstos na empresa sobre esta temática, tendo como foco central o Programa Caixa Carbono Zero, na vertente da poupança de energia eléctrica no edifício Sede e rede de agências da CGD. Portanto a primeira questão, está relacionada com aferir se a CGD tem implementado um sistema de Contabilidade

Ambiental, e em caso afirmativo quais os princípios que guiaram a implementação desse sistema e em que estágio se encontra.

Para explicitar e responder a questões do “como” e o “porquê” (entre outras), da instalação dos painéis solares no edifício Sede da CGD, deverão ser replicadas as seguintes questões:

- Aferir os objectivos que estiveram por detrás desta acção;
- Relacionar com as iniciativas que a empresa tem no âmbito da protecção do ambiente;
- Descrever as iniciativas e acções presentes e futuras da empresa.

A segunda questão objecto de análise do nosso trabalho prende-se com os Sistemas de Gestão Ambiental (SGA). Estes servem para medir, relacionar e monitorar as consequências e a performance das acções que a empresa adopta. Ao nível da CGD pretende-se verificar sobre a existência de um SGA, e em caso afirmativo avaliar se este está a cumprir os objectivos que serviram de base à sua criação.

Como terceira questão a ser analisada pretende-se verificar que procedimentos estão implementados relacionados com a Auditoria ambiental. Entende-se auditoria ambiental como um instrumento que pode auxiliar a gestão a melhorar a capacidade de resposta e ganhos na imagem de uma instituição/empresa, nomeadamente: *i)* aumento de confiança pela Gestão; *ii)* encontrar insuficiências e melhorar os sistemas; *iii)* fornecer soluções aperfeiçoando os procedimentos.

A quarta questão está relacionada com a regulamentação em contabilidade ambiental como factor que contribuiu para a maior divulgação de informação nesta área pelas empresas. Em termos de normativo nacional e de obrigatoriedade de divulgação no relatório e contas das empresas, as matérias ambientais são reguladas na NCRF 26 – Matérias Ambientais. Esta refere que devem ser objecto de divulgação no relatório de gestão e no anexo as informações ambientais que forem materialmente relevantes. Será igualmente objectivo de análise, avaliar de que forma a CGD está a cumprir com as normas em vigor.

Para complementar de forma mais ambiciosa e ter uma base comparativa em termos nacionais, foi alargado aos quatro maiores Bancos portugueses, esta análise e comparação das divulgações. Pretende-se apresentar uma avaliação sumária da informação divulgada no relatório e contas, pelos 4 maiores bancos portugueses no sentido de aferir se a CGD está a acompanhar as tendências e práticas adoptadas do sector financeiro em termos de divulgação ambiental neste documento.

Por último, existe um valor que nem sempre é mensurável que se prende com os ganhos em termos de imagem. Neste campo, pretendemos apurar se a imagem externa da CGD saiu favorecida, igual ou desfavorecida, suas consequências e se foi medido ou não o aumento/diminuição de performance.

Podemos resumir os objectivos propostos, neste projecto, na seguinte lista:

1. Identificar se a CGD tem ou não implementado um sistema de Contabilidade Ambiental;
2. Analisar os efeitos da implementação do Programa Caixa Carbono Zero, na CGD, ao nível da poupança energética, mormente em termos de energia eléctrica;
3. Verificar se existem Sistemas de Gestão Ambiental implementados;
4. Averiguar o ponto de situação da implementação de procedimentos de Auditoria Ambiental;
5. Verificar se a CGD divulga informação de cariz ambiental de forma a cumprir com a NCRF 26;
6. Concluir sobre os benefícios fiscais em vigor em Portugal para as empresas que implementam sistemas que permitem poupar o ambiente;
7. Medir os ganhos (ou perdas) da CGD em termos de imagem, que implicaram réditos (ou perdas) para a empresa.

4 - Métodos e técnicas de recolha e análise de dados

A investigação científica utiliza diferentes abordagens quaisquer que sejam as disciplinas ou a disciplina que estejamos a tratar.

Para a Contabilidade, disciplina que tratamos ao nível deste projecto, existem diferentes formas de abordar a recolha e análise da informação. Deste modo, pretende-se dar uma explanação de quais os métodos e as técnicas de recolha de dados utilizadas neste projecto, quais as razões que estiveram por detrás dessas escolhas e os objectivos que se pretendeu alcançar com a utilização dos mesmos.

Pode-se recorrer a métodos de Investigação Qualitativa e de Investigação Quantitativa. A Investigação Qualitativa adopta uma posição mais filosófica e interpretativa tentando explicar a forma como os fenómenos sociais são interpretados e compreendidos. Já o caso da Investigação Quantitativa, pretende abranger as problemáticas do rigor formal e matemático assim como os aspectos relacionados com a regulamentação (Major *et al.*, 2009).

Este projecto teve por base uma investigação qualitativa recorrendo à metodologia de estudo de caso, adoptamos as linhas definidas em Yin (2003). Segundo este autor, o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno no seu ambiente real. Os investigadores qualitativos utilizam esta abordagem metodológica, como meio de responder às questões de investigação formuladas.

A investigação qualitativa tem sido o método mais utilizado, nas últimas décadas em investigação em contabilidade e controlo de gestão, por questões relacionadas com o tema em si, algo inexplorado e com um longo caminho a percorrer para ser aceite na sociedade e no meio académico. Através da observação, a análise de textos e documentos e em menor número as entrevistas, são ilustrativos do método atrás referido, sendo reconhecidos como os mais comumente utilizados neste tipo de investigação. (Major *et al.*, 2009)

Este projecto, constitui um estudo de caso experimental e descritivo, uma vez que pretende descrever as técnicas e acções de uma empresa sobre um determinado tema aliado aos problemas e dificuldades de implementação (Major *et al.*, 2009).

Neste sentido, deu-se início aos trabalhos com uma análise documental de diversa informação como Teses de Mestrado e Doutoramento, livros, artigos científicos entre outros. Numa segunda fase, foram feitas entrevistas a colaboradores da CGD e a uma

colaboradora da empresa E-value. Estes foram seleccionados tendo em conta a função desempenhada. Interessava particularmente a este estudo, todos os que directa ou indirectamente estivessem envolvidos com a temática da contabilidade e o Programa Caixa Carbono Zero. Foram realizadas entrevistas livres e semi-estruturadas, com a elaboração de questionários para as últimas, categorizado por assuntos, para cada entrevistado. Em anexo pode consultar-se o guião elaborado (**Anexo III**).

Foi solicitado ao responsável máximo da Direcção de Auditoria, que servisse de facilitador junto da Contabilidade e do Sogruppo – Gestão de Imóveis (adiante designado por SGI), responsável pelas obras e gestão dos imóveis do Grupo CGD. Também na Direcção de Comunicação (doravante designada por DCM), obteve-se *feedback* das acções ao nível do Relatório de Sustentabilidade.

Ao iniciarmos as entrevistas no SGI, seleccionámos um elemento da Direcção e técnicos aos quais solicitámos informação mais detalhada. Na Contabilidade, aplicámos um modelo semelhante tendo entrevistado igualmente um elemento da Direcção e uma técnica. Na DCM foi efectuada uma entrevista a uma técnica. As entrevistas decorrem em dois períodos: nos meses de Novembro de 2010 e Março de 2011. As entrevistas não foram gravadas para que o ambiente fosse mais informal, tendo o entrevistador tomado notas. O quadro seguinte resume esta informação:

Quadro I – Características dos entrevistados

	Data	Função	Trabalho desempenhado	Colocação/Empresa	Duração
I1	15-11-2010	Director	Contabilidade	SGI	20 min
I2	15-11-2010	Técnico	Contabilidade	SGI	30 min
I3	02-03-2011	Técnico	Contabilidade	SGI	25 min
I3	16-11-2010	Coordenador	Ambiente	SGI	25 min
I4	11-11-2010	Técnico	Contabilidade	DCI	15 min
I5	15-03-2011	Técnico	Sustentabilidade	DCM	20 min
I6	02-03-2011	Técnico	Ambiente	E-Value	35 min
I7	10-11-2010	Director	Contabilidade	DCI	15 min

Fonte: Elaboração pelo próprio

Após esta fase de realização de oito entrevistas, recorreu-se novamente à análise documental, neste caso fornecida e/ou sugerida pelos entrevistados (v.g., relatórios, dados estatísticos).

No sentido de concluir se a CGD está a acompanhar as tendências do sector financeiro em termos de divulgação ambiental no relatório e contas, analisa-se também os Relatórios e Contas dos 4 maiores bancos portugueses, avaliando do seu cumprimento com o normativo nacional - a NCRF 26.

Neste tipo de estudo existem algumas limitações e riscos tais como a falta de rigor e a subjectividade, em consequência da proximidade do autor, aliados à reduzida base para generalizações estatísticas (Major *et al.*, 2009, p. 154).

Para colmatar estes riscos tentou-se efectivar as componentes descritas por Miles e Huberman (1994, p.12), de recolher e reduzir evidências, assim como construir cenários, de forma às conclusões estarem sustentadas (Major *et al.*, 2009).

5 - Análise de Informação e Conclusões

5.1 - O Programa Caixa Carbono Zero

Este projecto de Tese pretende abordar a temática da Contabilidade Ambiental. O estudo incide sobre uma organização do sector financeiro – a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), e em particular o seu Programa “Caixa Carbono Zero”, composto por várias iniciativas/projectos, dos quais foi seleccionado para maior análise o projecto que contempla a instalação de painéis solares (fotovoltaicos), no seu edifício Sede e nas instalações da rede comercial para produção e venda de electricidade à EDP.

A informação é analisada com base no ano de 2009, dado ser a informação completa disponível durante a elaboração deste projecto. A CGD é um dos maiores bancos portugueses em posse do Estado Português a 100%. Tem cerca de 11.000 funcionários que laboram não só em Portugal, mas também no estrangeiro, em países onde esta

organização tem interesses estratégicos. Estes interesses encontram-se materializados em Bancos, Sucursais, Escritórios de Representação, entre outras participações.

Este projecto, constitui um estudo de caso experimental e descritivo, uma vez que pretende descrever as técnicas e acções de uma empresa sobre um determinado tema aliado aos problemas e dificuldades de implementação. A empresa escolhida foi a Caixa Geral de Depósitos e o tema foi a contabilidade ambiental.

Neste sentido, deu-se início aos trabalhos com uma análise documental de diversa informação sobre o tema como livros, artigos científicos, Teses de Mestrado e Doutoramento, entre outros. Após um conhecimento mais geral sobre o tema foi recolhida e analisada um conjunto de informação relativa à empresa objecto de estudo.

Relativamente a métodos, foram realizadas entrevistas livres e semi-estruturadas a colaboradores que foram seleccionados tendo em conta a função desempenhada. Interessava particularmente a este estudo todos os colaboradores que directa ou indirectamente estivessem envolvidos com a temática da contabilidade e o Programa Caixa Carbono Zero. A observação esteve implícita, nestes processos de entrevista, para estudar as reacções de cada entrevistado.

Como já foi referido, o objectivo deste projecto, centra-se na ligação da contabilidade ambiental e o Programa Caixa Carbono Zero, da CGD pelo que se optou por apresentar uma caracterização resumida da empresa objecto de estudo.

A Estratégia de sustentabilidade da CGD, dá especial importância à gestão dos impactes ambientais e sociais de produtos e serviços, tal como definido na política de ambiente (a estar definida até 2010). Nesse sentido, estava patente no Relatório de Sustentabilidade de 2009, que seria aprovado em 2010, pelo Conselho de Administração a Política de Ambiente da CGD

É objectivo estratégico da CGD estabelecer políticas formais que reflectam os seus compromissos em relação aos impactes ambientais e sociais dos produtos que comercializa.

Os impactes decorrentes da actividade da Caixa Geral de Depósitos (CGD) provêm essencialmente de 3 factores: *i*) da sua importância como instituição de referência do

sector financeiro português; *ii*) da sua posição de líder no mercado nacional; *iii*) da importância do sector financeiro para o crescimento económico equilibrado, incluindo a sustentabilidade.

Deste modo devem ser identificados os principais riscos com os quais a CGD se defronta, como por exemplo: *i*) responder às expectativas da sociedade e mercado; *ii*) influências negativas ambientais por parte dos nossos clientes; *iii*) percepção dos clientes das preocupações ambientais da CGD.

No campo das oportunidades podemos enunciar a criação de produtos financeiros que promovam: *i*) desenvolvimento de empresas com actividades no sector ambiental; e *ii*) valorização da biodiversidade e o consumo sustentável através da oferta de cartões de crédito com preocupações ambientais e sociais (Caixa Carbono Zero e Caixa Fã).

A CGD começou a desenvolver em 2007, o Programa Caixa Carbono Zero, que é transversal à CGD e assumido ao mais alto nível da gestão. Tem vários objectivos: (1) concretizar o compromisso de redução de emissões próprias, (2) responder ao desafio de colocar no mercado novas soluções financeiras que facilitem o acesso a bens e serviços de baixo carbono, (3) promover o conhecimento sobre o tema e (4) adoptar de comportamentos que reduzam a intensidade energética e carbónica da actividade de cada um, no dia-a-dia.

A compensação de emissões é um dos vectores de actuação do Programa Caixa Carbono Zero, que configura a estratégia da CGD para as alterações climáticas.

Neste âmbito, as emissões de gases com efeito de estufa (GEE), divulgadas no Relatório de Sustentabilidade da CGD (2009), foram apuradas por uma empresa externa à CGD, a E-value, especializada em estudos deste tipo, mormente sobre emissões de carbono.

A elaboração do inventário de emissões GEE (ou carbono), preparado pela E-Value, insere-se nas acções desenvolvidas no âmbito do Programa Caixa Carbono Zero. O **Anexo IV** traduz por fonte de emissão a quantidade de emissões GEE.

A definição de medidas e metas internas de redução de emissões é uma peça fundamental na concretização da estratégia de combate às alterações climáticas da CGD. Isto significa apostar nas energias renováveis, privilegiar a adopção de tecnologias de baixo carbono nos edifícios e na mobilidade, minimizar a produção de resíduos e promover a sua reutilização e reciclagem.

Entre as medidas já concretizadas no âmbito deste programa, destacam-se:

- Central solar térmica do Edifício-Sede;
- Microgeração solar fotovoltaica, na rede de agências;
- Eficiência energética nas tecnologias de informação e comunicação;
- Racionalização dos consumos energéticos dos sistemas de climatização e iluminação;
- Redução dos consumos de papel;
- Aumento dos níveis de reciclagem de resíduos.

Tornar o Relatório e Contas da CGD 2009 e o Relatório de Sustentabilidade 2009 CarbonoZero® (publicação apenas no formato digital e não em papel), significa a concretização de um objectivo alinhado com a meta Caixa Carbono Zero 2010, da compensação das emissões decorrentes da produção dos referidos relatórios.

Este é um exemplo em que foi elaborada uma análise das poupanças ambientais verificadas com esta medida:

- Produção de pasta de papel e papel - emissões directas da combustão e de processo, e emissões indirectas associadas à produção da electricidade adquirida à rede.
- Impressão e acabamento - emissões directas da combustão e emissões indirectas associadas à produção de electricidade consumida nos equipamentos de impressão e acabamento.

Resultando como emissões associadas à produção desses relatórios em 2009:

- i) Versão em português - 1 233,8 kg CO₂e (1,23 kg CO₂ por exemplar);
- ii) Versão em inglês - 462,17 kg CO₂e (0,92 kg CO₂ por exemplar).

As actividades diárias do Programa Caixa Carbono Zero, para as Alterações Climáticas têm como grande objectivo o combate às alterações climáticas. Tem também avaliado os riscos, oportunidades, nomeadamente os que resultarão de um quadro legislativo ambiental cada vez mais exigente.

Para além desta, existem diversas outras iniciativas e o compromisso de gestão e redução das próprias emissões, compensando as decorrentes da actividade da CGD. A compensação das emissões de carbono geradas pelo Relatório e Contas CGD 2009 foi efectuada através da aquisição de créditos de sequestro de carbono.

Para a contabilização de emissões, é utilizada a metodologia estabelecida pelo *The Greenhouse Gas Protocol*, desenvolvido pelo *World Business Council for Sustainable Development* (actualmente o mais reconhecido standard internacional para a preparação de inventários corporativos, em colaboração com o *World Resources Institute*). São utilizados factores de emissão definidos pela Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, ajustados à realidade portuguesa, com base em dados publicados por entidades oficiais nacionais.

O campo da formação aos seus colaboradores, afigura-se como um ponto fraco que deve ser colmatado com um plano de formação e sensibilização, relacionados com os impactes ambientais e sociais dos produtos e serviços.

Com a implementação da Política de Sustentabilidade, a qual deveria ter sido aprovada pelo Conselho de Administração em 2010, ficariam asseguradas a monitorização e o *follow-up* das políticas e práticas, de cariz ambiental e social, relacionadas com a oferta de produtos e serviços.

Quando for aprovado, este novo enquadramento legislativo terá impactes a nível de funcionamento da CGD, assim como ao nível das actividades desenvolvidas pelos seus clientes.

Adicionalmente, a CGD empreende poupanças energéticas no domínio das tecnologias de informação e comunicação, através do Programa *Green IT*, que consiste num

programa de consolidação e virtualização de servidores, reduzindo assim os consumos energéticos globais.

Com o intuito de atingir objectivos ainda mais ambiciosos a CGD propôs-se fazer o alargamento do Programa Caixa Carbono Zero ao Grupo CGD, onde têm lugar:

- Inventário emissões GEE Caixa Seguros;
- 2008 – Fidelidade – Mundial, Império-Bonança e OK Teleseguros
- 2009 Contínuo Cumprido
- Inventário de 2008

O seu objectivo é caracterizar e monitorizar o perfil de emissões de carbono resultantes das actividades da Caixa, permitindo assim acompanhar a sua evolução e avaliar o desempenho das medidas de redução implementadas.

O âmbito de contabilização inclui as seguintes fontes de emissão:

Âmbito 1 (contabilização obrigatória)

- Consumo de combustíveis fósseis nas instalações (apenas Edifícios Centrais, uma vez que não existe consumo em instalações da Rede Comercial);
- Consumos de combustível (gasolina ou gasóleo) em veículos da frota própria, com motor de combustão interna;
- Utilização de gases fluorados em equipamentos próprios existentes nas instalações (Edifícios Centrais e Rede Comercial). Foram consideradas apenas emissões associadas à operação (fugas), sendo excluídas emissões resultantes da montagem (enchimento) e do abate (fim de vida do equipamento).

Âmbito 2 (contabilização obrigatória)

- Consumo de electricidade nas instalações (Edifícios Centrais e Rede Comercial).

Âmbito 3 (contabilização opcional)

- Consumo de energia (gasolina, gasóleo ou electricidade) em deslocações de serviço em veículos de terceiros: avião (viagens nacionais e internacionais); comboio de longo curso; viatura particular ao serviço da empresa; e táxi;
- Tratamento dos resíduos produzidos nas instalações.

E-value 2009

Deste modo, podemos dizer que os compromissos assumidos pela CGD passam por diferentes iniciativas no âmbito de política de ambiente. Esta define compromissos, objectivos e metas gerais de carácter ambiental aplicáveis a toda a organização. Estabelece também os procedimentos de carácter geral e define a estrutura hierárquica com responsabilidade na matéria.

Contempla ainda a implementação de um Sistema Gestão Ambiental. Segundo o relatório de sustentabilidade de 2009 da CGD este sistema tinha início previsto no ano de 2010. De acordo com o apurado durante a elaboração deste projecto, o SGA ainda se encontrava em curso.

O investimento feito pela CGD na Central solar térmica e na Microgeração, foi uma aposta na inovação e na poupança de energia que, no entanto, não teve benefícios extraordinários ao nível fiscal, nomeadamente do IRC, a não ser o reconhecimento em gastos no exercício, aceites fiscalmente.

O Programa Caixa Carbono Zero vai continuar com várias iniciativas, das quais damos nota, por exemplo, do concurso que visa promover a poupança de energia na rede comercial, apenas à espera de formalização.

Apesar de grande parte do trabalho versar os desenvolvimentos da CGD em matéria ambiental no ano de 2009, não podemos deixar de referir o facto de a CGD ter do distinguida como a Instituição Financeira mais Sustentável de Portugal em 2010.

A revista internacional "The New Economy" elegeu a CGD a Instituição Financeira Mais Sustentável de Portugal em 2010. Esta distinção foi atribuída no âmbito da iniciativa "The New Economy's Sustainable Finance Awards" que visa reconhecer os

bancos e instituições financeiras que demonstraram liderança e inovação na integração de critérios sociais, ambientais e corporativos nas suas operações e produtos.

"The New Economy" é uma publicação quadrimestral, sediada em Londres e lançada em 2007 na Assembleia-Geral do World Fórum, que aborda os temas da Sustentabilidade nos sectores da Banca e Finanças, Tecnologias Limpas e Energias Renováveis e Ciência e Tecnologia. Este prémio foi organizado pela 2ª vez em 2010 passando a incluir também Portugal.

A distinção internacional agora obtida, reforça a CGD como digna embaixadora do sector financeiro português e representa um reconhecimento do mérito da actuação da Caixa no domínio da Sustentabilidade.

Decorrente desta actividade, identificam-se dois tipos de impactes ambientais distintos sobre os quais recai a atenção da CGD: os Impactes Directos e os Impactes Indirectos.

Os Impactes Directos resultam do funcionamento da actividade nos Edifícios Centrais, Agências e deslocações efectuadas. Consubstanciam-se nos consumos de energia, água e outras matérias-primas necessárias ao normal funcionamento, bem como nas emissões de CO₂ decorrentes do consumo de combustível e de outras fontes energéticas.

Os Impactes Indirectos estão associados à aplicação efectuada pelos clientes dos créditos concedidos, e aos investimentos efectuados pela CGD. Os reflexos destas operações na actividade económica podem ter impactes ambientais negativos, que devem ser ponderados na concessão de crédito e nos investimentos.

Esta ponderação deverá privilegiar a promoção de investimento e consumo de tecnologias amigas do ambiente, a promoção de projectos que, de alguma forma, minimizem a utilização dos recursos naturais e a inclusão de critérios ambientais nas análises de risco de concessão de crédito.

Em síntese, a CGD tem uma estratégia para as Alterações Climáticas já consubstanciada em acções realizadas e resultados concretos através do seu Programa Caixa Carbono Zero, expresso nos seus diferentes vectores de actuação:

- Informa sobre os consumos, consequentes emissões e respectiva monitorização;

- Reduz os consumos de energia e emissões de carbono;
- Compensa as emissões inevitáveis de carbono;
- Promove negócios com baixas emissões de carbono;
- Comunica através do Caixa Carbono Zero.

5.2 - A Instalação dos Painéis Solares no Edifício Sede da CGD

A instalação de painéis solares térmicos na cobertura do edifício-sede da CGD (em Lisboa), faz parte das iniciativas/projectos que foram e ainda estão a ser implementados ao abrigo do Programa Caixa Carbono Zero, para poupança energética, reciclagem de resíduos, entre outros que têm como objectivo a poupança do meio ambiente.

Deste modo, desde 2008 está em funcionamento a central solar térmica no Edifício da Sede da CGD, na Av. João XXI em Lisboa, cuja energia é utilizada para o aquecimento de águas sanitárias e no sistema centralizado de climatização.

Esta medida de redução de emissões de dióxido de carbono (CO₂), fez com que fosse construída a maior central solar térmica do país. A utilização de energias de fonte renovável é uma peça fundamental na minimização da dependência energética nacional e na redução das emissões de carbono.

Cerca de 85% da energia consumida em Portugal é importada, sob a forma de combustíveis fósseis. Com um número médio anual de horas de Sol que varia entre 2.200 e 3.000, Portugal é um dos países da Europa com melhores condições para aproveitamento da energia solar. No entanto, a utilização de sistemas solares térmicos ou fotovoltaicos está ainda longe de corresponder ao potencial deste recurso.

Os painéis solares térmicos captam a energia do Sol e transformam-na em calor, permitindo poupar até 70% da energia necessária ao aquecimento de águas num edifício.

A instalação de 158 colectores solares (121 activos e 37 de remate) em 1 600 m² da cobertura do edifício-sede, na Av. João XXI, em Lisboa, permite a produção de energia que é utilizada para aquecer água para sistemas de climatização e instalações sanitárias. No âmbito desta instalação, foram incluídos variadores electrónicos de velocidade nas bombas de água, que elevam os níveis de poupança obtidos. No total, verifica-se uma poupança anual de aproximadamente 5% do consumo global.

A central dispõe de um sistema de monitorização detalhada da energia produzida, que permite analisar o desempenho da instalação para posterior expansão a outros edifícios da CGD que mostrem potencialidades para uso de energia solar.

A Central Solar Térmica da CGD resulta numa poupança de 1 GWh de electricidade por ano, o equivalente a cerca de 1 kg de CO₂ por cada minuto de funcionamento. A instalação desta central foi decisiva para a distinção da CGD no prémio EDP - Energia Eléctrica e Ambiente, um concurso que visa distinguir as empresas utilizadoras da rede eléctrica de distribuição que demonstram ter conseguido otimizar a eficiência da energia eléctrica no respeito pelos valores do meio ambiente.

O consumo indirecto de energia da CGD resume-se ao consumo de electricidade da rede pública nos edifícios centrais e na rede comercial – **Anexo V**. Entre 2008 e 2009, verificou-se um decréscimo de 0,3% no consumo total de electricidade, resultado em parte influenciado pela redução média do consumo dos edifícios centrais (-3,8%), conforme demonstrado no **Anexo VI**, onde podemos ler para o Edifício Sede da CGD uma poupança de 4,6%, no período.

Esta redução resulta, em grande medida, do funcionamento da central solar térmica, no edifício Central Sede, na Av. João XXI em Lisboa. Em 2008, tornou dispensável parte da energia eléctrica necessária para o aquecimento, ventilação e ar condicionado, e para o aquecimento de águas, assim como de outras medidas de eficiência energética, que podem ser encontradas no indicador EN18, explicitado no ponto seguinte. Por outro lado, houve aumento do consumo na rede comercial justificado pela sua expansão. No entanto, trata-se de um acréscimo sem expressão.

A Microgeração foi outra vertente que passou a ser explorada pela CGD, a partir de 2009 ano de início da instalação de painéis solares nas agências, para produção e venda de energia eléctrica à EDP. Numa primeira fase, foram contempladas 68 agências no ano de início da instalação, ficando previstas 80 até finais do primeiro semestre de 2010. A selecção das agências dependeu de determinados requisitos, nomeadamente orientação solar, disponibilidade de espaço e tipo de propriedade existente.

A totalidade dos sistemas licenciados para as 80 agências implicou a instalação de 1450 painéis. A potência gerada é de 350 kW que se traduzirá numa produção anual de 430 mil KWh de energia. Isto equivale a dizer que são poupadas 200 toneladas de emissões de CO₂. Apurou-se que a contabilização de energia produzida é feita através de um segundo contador instalado pela EDP para medir a energia produzida. O valor de energia produzida é pago de acordo com o valor estipulado no Decreto-Lei 363/2007, fixado em 0,65 €, valor superior ao do que é pago no consumo. Estava prevista uma receita de 260 mil € anuais, pela produção de energia por estas 8 agências o que corresponde a 5% dos gastos anuais da Rede Comercial da CGD.

5.3 - Indicadores de desempenho ambiental

Ao assumir o compromisso de desenvolver o Programa Caixa Carbono Zero, a CGD passou entre outras iniciativas, algumas das quais já mencionadas, a publicar Relatórios de Sustentabilidade desde 2008. O Relatório de Sustentabilidade 2009, foi elaborado de modo a observar as directrizes do nível A+ da *Global Reporting Initiative* (GRI G3), ou seja, o nível mais completo de divulgação sugerido por estas directrizes.

Os consumos traduzidos pelo indicador *EN4 Consumo indirecto de energia por fonte de energia primária* foram já referidos neste trabalho. A CGD avalia o desempenho de iniciativas de conservação e eficiência - *EN5 Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência* - embora ainda não se encontra em condições de comunicar valores totais de poupança. Por não depender apenas da CGD, o *EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas*

energias renováveis e reduções no consumo de energia resultantes dessas iniciativas, não era divulgado.

As iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e mensuração das reduções alcançadas, que seriam explicitadas no *EN7*, também eram inexistentes porque a CGD efectua uma avaliação de desempenho de iniciativas deste tipo, mas ainda não se encontrava em condições de comunicar valores totais de poupança. No âmbito do indicador, *EN17 Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa*, pretende ilustrar a quantidade de emissões GEE que resultam do consumo indirecto de energia, e que não são controladas pela CGD.

O indicador *EN18 Iniciativas para reduzir emissões de gases com efeito de estufa e respectivas reduções alcançadas*, é dos mais importantes para o nosso estudo. Entre 2006 e 2009 este conjunto de medidas produziu uma poupança global verificada de cerca de 5,1 GWh/ano no consumo de electricidade dos Edifícios Centrais da CGD, S.A., o que representa, em média, uma redução de cerca de 2 400 toneladas de dióxido de carbono (CO₂), por ano. O *EN26 Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte*, serve para medir os impactes ambientais resultantes das suas actividades e dos produtos que comercializa.

O *EN30 - Total de custos e investimentos em protecção ambiental por tipo*, ainda não era divulgado, constituído um compromisso de futuro essa mesma divulgação, segundo as normas ambientais.

Desta forma, e partindo de uma análise aos indicadores referidos, a conclusão que surge é a de que será necessário otimizar os sistemas de recolha de informação, com vista a dar respostas mais completas aos stakeholders, uma vez que para vários casos a única informação que existia acerca do indicador, era a de que a CGD não dispunha de informação para poder divulgar (v.g., EN 6 e EN7). O **Quadro II** espelha os indicadores ambientais mais relevantes para o presente trabalho.

Quadro II - Indicadores desempenho

Indicador	Descrição	Observações
EN 4	Consumo indirecto de energia por fonte de energia primária	Traduz o consumo de electricidade da rede pública nos edifícios centrais e na rede comercial
EN 5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência	A CGD avalia o desempenho de iniciativas de conservação e eficiência, no entanto, e de acordo com o patente no caderno GRI, ainda não se encontra em condições de comunicar valores totais de poupança.
EN 6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis e reduções no consumo de energia resultantes dessas iniciativas	A CGD deveria disponibilizar produtos e serviços que respeitavam essas características. No entanto, não era possível comunicar o valor total dos benefícios obtidos, alegadamente por “comunicar este valor não depende apenas da Caixa Geral de Depósitos, mas também dos utilizadores finais deste tipo de equipamentos, ou seja, dos Clientes”.
EN 7	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e mensuração das reduções alcançadas	A CGD efectua uma avaliação de desempenho de iniciativas deste tipo, mas ainda não se encontrava em condições de comunicar valores totais de poupança.
EN 17	Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa	A CGD não controla estas emissões GEE que resultam do consumo indirecto de energia. No entanto, por um lado devido à abrangência das emissões indirectas, era referido no caderno GRI, que apesar da sistematização da informação melhorar a cada ano, não se cumpria o princípio da comparabilidade, pelo que a comparação dos valores de 2009 com os restantes anos era limitada
EN 18	Iniciativas para reduzir emissões de gases com efeito de estufa e respectivas reduções alcançadas	As intervenções sistemáticas ao nível dos Edifícios Centrais, foram efectuadas no domínio da eficiência energética, nos sistemas de optimização de regimes de funcionamento e instalação de equipamentos mais eficientes – AVAC - e de iluminação (instalação de balastos electrónicos e ajuste de horários). Complementarmente, o facto de a Rede Comercial ter sido igualmente alvo de intervenções pontuais (AVAC e iluminação). Ao nível das tecnologias de informação e comunicação, o programa de gestão de energia de computadores pessoais (encerramento automático à noite e ao fim de semana) e a substituição para equipamentos de impressão multifuncionais permitiu também reduzir consumos. Para este universo de instalações, ainda não é possível confirmar as estimativas de poupança relativas a estas medidas. A CGD lançou o projecto de Microgeração em 2009, através da instalação de painéis solares fotovoltaicos em 68 instalações próprias onde funcionavam agências. Entre 2006 e 2009 este conjunto de medidas produziu uma poupança global verificada de cerca de 5,1 GWh/ano no consumo de electricidade dos Edifícios Centrais da CGD, S.A., o que representa, em média, uma redução de cerca de 2 400 toneladas de CO ₂ , por ano.
EN 26	Consumo indirecto de energia por fonte de energia primária	Materializa a preocupação da Caixa Geral de Depósitos em mitigar os impactes ambientais resultantes das suas actividades e dos produtos que comercializa, está expressa no Programa Caixa Carbono Zero 2010
EN 30	Total de custos e investimentos em protecção ambiental por tipo	Relativamente a este indicador a CGD publicou no Relatório de Sustentabilidade da empresa, que “Os investimentos (e despesas) efectuados pela CGD com protecção ambiental são contabilizados. A comunicação integral deste tipo de despesas, segundo as normas da contabilidade ambiental, é um compromisso de futuro.”

Fonte: Relatório Sustentabilidade da CGD 2009

Eram ainda divulgados neste caderno GRI, os Indicadores de Desempenho do Suplemento do Sector dos Serviços Financeiros (FS), dos quais são apresentados os mais importantes em termos ambientais.

O *FS1- Políticas com componentes ambientais e sociais específicas aplicadas às linhas de negócio*, apenas faz alusão à questão de ainda não ter sido aprovada a Política de Ambiente. O indicador *FS2 – Procedimentos para avaliar os riscos ambientais e sociais nas diferentes linhas de negócio*, alude ao conhecimento dado aos colaboradores através de conferências e uma possível inclusão de critérios ambientais na avaliação do risco de crédito.

O *FS3 – Processos para monitorizar o cumprimento por parte dos clientes dos diferentes requisitos ambientais e sociais incluídos nos acordos/contratos*, não está definido por falta de requisitos. Em termos do *FS4 - Processos para desenvolver competências dos Colaboradores para a implementação de políticas e procedimento* ainda não existia um processo formal para dar formação aos colaboradores e o *FS5 - Interação com os Clientes/Investidores/Parceiros no que respeita aos riscos e oportunidades sociais e ambientais* referia existirem alguns exemplos de interação nas temáticas ligadas ao ambiente com os *stakeholders*.

O *FS8 - Volume monetário dos produtos e serviços com benefício ambiental, por linha de negócio*, está mais detalhado no Quadro IV. No que diz respeito ao *FS9 - Âmbito e frequência das auditorias para avaliar a implementação das políticas ambientais e sociais, bem como os procedimentos de avaliação de risco* refere que ainda não eram feitas auditorias ambientais.

O *FS10 - Percentagem e número de empresas incluídas no portefólio da CGD, com as quais a CGD interagiu no que respeita a aspectos sociais e ambientais*, diz que a CGD não fazia interações deste tipo. Já no que concerne ao *FS11 - Percentagem de activos sujeitos a avaliação ambiental e social*, apontava um produto que seleccionava os activos com base em critérios ambientais.

O *FS12 - Políticas de voto sobre aspectos sociais e ambientais aplicadas a acções de empresas sobre as quais a CGD detém direito de voto ou influencia a decisão de voto*, deixava patente que a CGD não encarava esta linha de negócio como fazendo parte do seu *core business*.

O Quadro III dá um detalhe dos indicadores FS:

Quadro III -Indicadores de Desempenho

<i>Indicador</i>	<i>Descrição</i>	<i>Observações</i>
FS 1	Políticas com componentes ambientais e sociais específicas aplicadas às linhas de negócio	A inclusão de aspectos ambientais na concepção e venda de produtos e serviços integra um dos vectores contemplados no Programa Caixa Carbono Zero 2010 (mais informação sobre este Programa pode ser encontrada na Abordagem de Gestão Ambiental). Para além disso, prevê-se a aprovação da Política de Ambiente CGD, que irá reforçar o compromisso do Banco neste sentido. Desta forma, a CGD passará a contar com políticas formais que contemplam estas componentes específicas (pelo menos ao nível ambiental), ao contrário do que acontece actualmente
FS 2	Procedimentos para avaliar os riscos ambientais e sociais nas diferentes linhas de negócio	A incorporação de critérios ambientais e sociais na avaliação de riscos de crédito concedido às empresas é um compromisso estratégico da CGD, o que é visível através de 2 dos nomeadamente: i) A promoção do conhecimento dos Colaboradores da CGD sobre riscos ambientais, através da dinamização das conferências Banca & Ambiente – Financiar o Ambiente em Portugal 2009-2011, realizadas sob a égide da UNEP–FI; ii) A análise e identificação de critérios ambientais que poderão vir a ser incluídos na avaliação de riscos de crédito
FS 3	Processos para monitorizar o cumprimento por parte dos clientes dos diferentes requisitos ambientais e sociais incluídos nos acordos/contratos	Como ainda não existem requisitos formais desta natureza, também não existem processos para monitorizar o seu cumprimento.
FS 4	Processos para desenvolver competências dos Colaboradores para a implementação de políticas e procedimentos	Existe um conjunto de acções de formação e sensibilização ambiental de Colaboradores CGD (v.g., Dia-a-dia Carbono Zero; Sessões de sensibilização internas – Programa Caixa Carbono Zero 2010). No entanto, ainda não existe um processo formal, para aumentar as competências ambientais dos colaboradores.
FS 5	Interacção com os Clientes/Investidores/Parceiros no que respeita aos riscos e oportunidades sociais e ambientais.	Existem alguns exemplos (v.g., conferências Banca e Ambiente) deste tipo de interacção com este grupo de stakeholders, conduzidos na sua maioria pela Direcção de Comunicação e Marca, destinadas a melhorar a sua sensibilização e o seu desempenho em relação às matérias ambientais e sociais.
FS 8	Volume monetário dos produtos e serviços com benefício ambiental, por linha de negócio	Volume monetário em produtos amigos do ambiente na Banca de Retalho, Gestão de Activos e Banca de Investimento.
FS 9	Âmbito e frequência das auditorias para avaliar a implementação das políticas ambientais e sociais, bem como os procedimentos de avaliação de risco	É objectivo da CGD desenvolver esforços no sentido de efectuar auditorias específicas para avaliar o nível de implementação dos programas/políticas ambientais e sociais, bem como desenvolver procedimentos formais de avaliação do risco. No entanto, actualmente, ainda não são efectuadas este tipo de auditorias.
FS 10	Percentagem e número de empresas incluídas no portefólio da CGD, com as quais a CGD interagiu no que respeita a aspectos sociais e ambientais	Actualmente, não são efectuadas interacções de âmbito ambiental e social especificamente dirigidas a uma empresa. No entanto, esta lacuna será colmatada com a implementação da Política de Ambiente e do Modelo de Governance para a sustentabilidade.
FS 11	Percentagem de activos sujeitos a avaliação ambiental e social	Em 2009 o único produto que seleccionava os activos tendo por base critérios ambientais era o FEI Caixagest Energias Renováveis, que representava 0,167 % do volume total dos activos sob gestão da Caixagest.
FS 12	Políticas de voto sobre aspectos sociais e ambientais aplicadas a acções de empresas sobre as quais a CGD detém direito de voto ou influencia a decisão de voto	A CGD reconhece a importância que tem enquanto investidor institucional. No entanto, a CGD é um Banco comercial pelo que não encara esta linha de negócio como sendo o seu core business, existindo mesmo uma orientação no sentido da completa separação da vertente de participações em empresas, da actividade bancária da CGD.

Fonte: Relatório Sustentabilidade da CGD 2009

Os montantes relativos aos produtos amigos do ambiente que a CGD comercializava estão patentes no Quadro seguinte:

Quadro IV – Volume monetário em produtos amigos do ambiente

Linha de negócio	Prod/Serv.	Descrição	Valores (m€)
Banca Retalho	Cartões	Cartão Caixa Carbono Zero	1.832
	Crédito a empresas	Crédito para Energias renováveis	710
	Crédito a Particulares	Crédito Pessoal para Energias renováveis	13.558
	Prod. Estruturado	Caixa Carbono Zero, indexado à redução de emissões	14.564
Gestão de Activos	FEI Aberto Caixagest Energias Renováveis	Fundo investimento em Energias renováveis	42.032
Banca Investimento	Participações em capital de empresas com potencial ambiental	Participações no capital social de empresas com um impacte positivo no ambiente	29.085
	Participações em capital de empresas com elevado potencial ambiental	Participações no capital social de empresas com um elevado impacte positivo no ambiente	31.100
	Financiamento em projectos com potencial ambiental	Financiamentos em empresas que oferecem bens e serviços com elevados impactes positivos no ambiente	506.710

Fonte: Relatório Sustentabilidade da CGD 2009

As participações financeiras consideradas, representam 0,03% do activo líquido da CGD, S.A. Os financiamentos da Caixa BI com elevado potencial ambiental representam cerca de 0,48% do activo líquido da CGD. As participações no capital de empresas geridas pela Caixa Capital com elevado potencial social representam 0,0029% do activo líquido da CGD, S.A. e 10,51% do volume total das participações, sob gestão da Caixa Capital.

Desta forma, a CGD passará a contar com políticas formais que contemplam estas componentes específicas (pelo menos ao nível ambiental), ao contrário do que acontece actualmente.

5.4 – Divulgação de informação financeira ambiental no Relatório e Contas

Para a análise da informação financeira ambiental divulgada pela CGD, foi analisado o normativo nacional. O normativo emitido pela Comissão de Normalização Contabilística, que trata as matérias ambientais é a NCRF 26. Também a NCRF-PE (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Empresas), versa os assuntos ligados ao ambiente em diversas secções. A NCRF-PE foi publicada para as

empresas ou entidades que não são obrigadas a aplicar o conjunto completo das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). Esta norma tem referências ao ambiente em dois dos seus pontos, os quais tratam dos dispêndios de carácter ambiental. Uma vez que esta norma não é de aplicação à CGD não é objecto de maior análise.

A “NCRF 26 - Matérias Ambientais”, adaptada da Recomendação da Comissão Europeia de 30 de Maio de 2001 respeitante ao reconhecimento, mensuração e divulgação de matérias ambientais nas contas anuais e no relatório de gestão das sociedades.

Os objectivos nesta NCRF são: prescrever os critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação relativos aos dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e aos activos com eles relacionados, resultantes de transacções e acontecimentos que afectem, ou sejam susceptíveis de afectar, a posição financeira e os resultados da entidade relatada.

Esta norma identifica o tipo de informação ambiental que é apropriado divulgar, relativamente à atitude da entidade face às matérias ambientais e ao comportamento ambiental da entidade, na medida em que possam ter consequências para a sua posição financeira.

Em termos de âmbito de aplicação, a NCRF 26, deve ser aplicada às informações a prestar nas demonstrações financeiras e no relatório de gestão das entidades no que diz respeito a matérias ambientais, devendo os critérios de reconhecimento e mensuração ser aplicados de forma consistente a todas as entidades que sejam objecto de consolidação. A CGD como entidade cotada, uma vez que é emissora de instrumentos financeiros que estão cotados em mercados organizados, está sujeita numa primeira fase às IFRS (detalhe sobre os normativos internacionais no **Anexo I**). Complementarmente, deve também obedecer ao normativo nacional, do que se conclui, que a NCRF 26 é de aplicação à CGD no referente à divulgação de matérias ambientais no Relatório e Contas.

Contudo, esta Norma não se aplica a relatórios com fins específicos, como por exemplo os relatórios ambientais, de sustentabilidade ou outros, excepto quando se considere

adequado articular as demonstrações financeiras e os relatórios de gestão com os relatórios ambientais.

Esta norma apresenta um conjunto de definições de carácter genérico e específico, formas de reconhecimento e mensuração. No Relatório e Contas da CGD não são feitas referências a essa informação no âmbito da definição das políticas contabilísticas adoptadas.

Os passivos ambientais devem ser reconhecidos quando existirem condições para fazer uma estimativa fiável dos mesmos, podendo a obrigação em causa ser de natureza legal ou construtiva. Refere assuntos como o tratamento de provisões para restauro de locais contaminados, desmantelamento destes e desconto dos passivos ambientais de longo prazo. Se tivermos em linha de atenção o negócio bancário, não será muito provável existirem passivos de carácter ambiental ou mesmo provisões de carácter ambiental, de natureza legal, dado o objecto do próprio negócio. Poderão existir porém, em consequência de alguns acontecimentos que criem obrigações, obrigações de natureza construtiva. O Programa da CGD – Caixa Carbono Zero, não tem subjacente nenhuma situação que crie obrigação para a CGD. Trata-se de um Programa voluntário para prevenir a degradação do ambiente.

As divulgações são alvo de referência nesta norma, nomeadamente no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras.

Na análise ao Balanço e Demonstração de Resultados de 2009, da Caixa Geral de Depósitos, podemos concluir que são inexistentes contabilizações de valores em contas ditas ambientais ou um plano de contas a nível ambiental. Esta informação foi confirmada pela técnica da Direcção responsável pelo Programa Caixa Carbono Zero, ou seja a Direcção de Comunicação. Esta afirmou que não existe plano de contas ambiental e que este é um objectivo futuro.

A aquisição dos painéis solares foi registada em contas com descritivo ambiental, mas que são “consolidadas” nas da CGD nas de imobilizado. Em termos de valor, os investimentos em imobilizado dito ambiental não têm grande materialidade, comparando com os gastos totais em imobilizado.

No Anexo às demonstrações financeiras também não foram encontradas rubricas e/ou referência a contabilizações e valores financeiros de carácter ambiental.

De facto, as menções ao ambiente existentes no Relatório e Contas de 2009, estão patentes na parte que diz respeito ao “Relatório sobre o Governo da Sociedade”, entendendo-se como parte do relatório de gestão onde são mencionadas questões como:

- Vencedor de um prémio (Pág. 24) CGD ganha “Prémio EDP – Energia Eléctrica e Ambiente”. Este prémio era dirigido às empresas com melhor eficiência energética, galardão que a CGD ganhou na categoria de Serviços e outras actividades. A EDP premiou as melhores empresas na eficiência energética. A CGD foi considerada pelo júri como a instituição portuguesa que, naquela categoria, revelou o maior grau de eficiência na utilização da electricidade. Participaram nesta 7ª edição 194 empresas.
- “As Linhas de Crédito BEI e CEB” (pág. 49). A Caixa contratou com o BEI uma nova linha de crédito – BEI XV, no montante de 175 milhões de euros, dirigida a PME e outras entidades como autarquias, empresas municipais, associações de municípios, entidades para financiamento de projectos situados no território da EU (sectores da indústria, comércio, turismo, saúde e educação), destinados entre outros à protecção do meio ambiente.
- Patrocínio de seminários/conferências (pág.53), realizadas pela APEMETA (Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais) para divulgação dos apoios disponíveis para as empresas no sector do ambiente.
- No ponto 2.3.4. Aplicação de normas de natureza ambiental (pág 448), o ambiente assume uma importância na Estratégia de Sustentabilidade da Caixa, que se consubstancia nas mais diversas áreas da sua actividade a nível externo e interno. Neste âmbito, merece destaque o Programa Caixa Carbono Zero 2010, lançado em 2007, que está assente em cinco vectores de actuação, actuando internamente, onde assume a responsabilidade pela quantificação, redução e compensação das emissões próprias e externamente em termos do mercado e na esfera social, contribuindo para a edificação de uma economia sustentável. Ainda em 2009, a CGD deu início ao processo formal de definição da sua Política de Ambiente.

- Por último, no ponto 9 - Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental, são explanados dois grandes temas: (1) a estratégia e práticas de sustentabilidade da empresa e (2) as acções de sustentabilidade na CGD.

Como conclusão pode-se dizer que a CGD utilizou o seu Relatório e Contas para divulgar informação ambiental quase exclusivamente de carácter qualitativo, ficando em falta as informações financeiras de carácter ambiental em valores monetários. De acordo com as orientações da NCRF 26, a CGD deveria divulgar no mínimo o valor em euros de dispêndios de carácter ambiental que têm incorrido e os investimentos ambientais por exemplo em painéis solares, registados no imobilizado ambiental (actuais Activos Tangíveis).

Neste caso, a CGD registou em activos tangíveis mas em contas já existentes do Activo – Activos Tangíveis, pois como foi referido a materialidade envolvida não é significativa, como está referido na NCRF 26, em comparação com os gastos globais nessas rubricas. Segundo o que foi apurado durante a elaboração deste trabalho, a CGD reconheceu os gastos em resultados e está a amortizar pelo prazo de 20 anos os referidos painéis.

Poderiam eventualmente ser divulgados incentivos fiscais ou outros de carácter ambiental, mas estes são inexistentes no que se refere aos gastos com a central solar e a Microgeração, que fazem parte do Programa Caixa Carbono Zero, objecto do nosso estudo. No entanto, cremos existirem rendimentos ambientais a serem divulgados e reduções de gastos (embora a NCRF 26 não o exija).

Após uma análise cuidada ao normativo português (NCRF 26) com o intuito de verificar acerca das divulgações obrigatórias, concluímos que as mesmas foram cumpridas parcialmente.

De referir que o Relatório e Contas do ano de 2009 da CGD, foi objecto de análise de conformidade e certificação por auditores externos. Nos relatórios produzidos pelos mesmos – certificação legal das contas - não existem quaisquer menções de cariz ambiental.

5.5 - Divulgação de Informação Ambiental em Relatórios de Empresas Portuguesas

No sentido de avaliar o estágio de implementação de um sistema de contabilidade ambiental na CGD, foi definido para este trabalho proceder à avaliação das divulgações de carácter ambiental, analisando se a empresa divulga dados contabilísticos de cariz ambiental, a qualidade desses dados e completude dos mesmos. Para complementar de forma ainda mais ambiciosa e ter uma base comparativa em termos nacionais, foi alargado aos quatro maiores Bancos portugueses, esta análise e comparação das divulgações.

As divulgações ambientais assumem, cada vez mais um papel importante e que caminha para a sua consolidação, na informação que as empresas relatam e apresentam aos seus *stakeholders*. O progresso registado em termos de quantidade de informação ambiental parece sugerir que estas divulgações passaram a pertencer ao conjunto das divulgações não tradicionais e estratégicas, que as grandes empresas em Portugal elegeram para divulgação.

As matérias ambientais quando relevantes para o desempenho e posição financeira da entidade ou para o seu desenvolvimento, devem ser incluídas no relatório de gestão através de uma descrição das mesmas, bem como da resposta da entidade às mesmas matérias (Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais).

Embora a informação divulgada contenha aspectos importantes, esta não assumiu ainda um carácter abrangente e completo, uma vez que as divulgações incidem em especial nos aspectos contabilísticos, divulgação de políticas ambientais dos Bancos e outras empresas.

Com o aparecimento de relatórios TBL – *Tripple Bottom Line*, de carácter voluntário, algumas empresas portuguesas, acompanharam as práticas das maiores empresas a nível mundial. No entanto, ainda prevalece a sua divulgação nos meios de relato obrigatórios, consequência sobretudo do impulso dado pelos aspectos contabilísticos divulgados nas contas (Freitas, 2007).

No que se refere à forma como estas divulgações evoluíram, é de destacar o ligeiro progresso assinalado pela introdução de alguma informação quantitativa em paralelo com as formas descritivas ou narrativas, conduzindo a ténue alteração face às conclusões apresentadas por estudos anteriormente realizados em Portugal (Freitas, 2007).

Igualmente diminuta surge a divulgação das actividades ambientais propriamente ditas, uma vez que áreas como: resíduos, reciclagem, águas residuais, segurança e acidentes, biodiversidade, entre outros, são pouco divulgados, denotando informação pouco desenvolvida e incapaz de dar respostas a *stakeholders* diversificados. (Freitas, 2007).

Os Bancos portugueses elaboram relatórios de sustentabilidade há alguns anos a esta parte. Neste grupo podemos encontrar os maiores quatro bancos portugueses (BES, Millenium BCP, CGD e Santander Totta), que já aderiram a esta prática, de elaboração de relatórios de sustentabilidade, sendo de destacar o BES que desde 2003 elabora este tipo de documento para informação aos seus *stakeholders*.

Dos bancos analisados, o BES foi pioneiro ao efectuar o seu primeiro relatório de sustentabilidade em 2003, seguido do Millenium BCP que o faz desde 2005. Mais tarde começaram o Santander Totta e a CGD, nos anos de 2006 e 2008, respectivamente.

Quanto à informação que é divulgada neste relatório, ela difere de Banco para Banco, factor que está associado a este ser um relatório de cariz TBL, e como tal não obrigatório. De seguida, comparamos a informação que é disponibilizada por cada uma destas instituições financeiras, ao nível das demonstrações financeiras obrigatórias e facultativas, sempre com o objectivo de estudar onde são divulgadas informações de cariz ambiental.

No primeiro grupo constituído pelos documentos obrigatórios e previstos por lei, estão sobretudo as contas e o relatório de gestão onde temas relacionados com o ambiente, são pouco ou mesmo nada tratados. Dentro do Relatório e Contas, uma nota para as divulgações de matérias ambientais estão presentes nomeadamente nas provisões, no caso de contas individuais e consolidadas, respectivamente. As notas são objecto de

análise de conformidade e certificação pelos auditores externos. Nos relatórios produzidos pelos auditores externos – certificação legal das contas - não existem quaisquer menções de cariz ambiental.

No segundo grupo onde se encontram os relatórios de sustentabilidade, podemos encontrar informações de diversos tipos, não seguindo um padrão, questão que era expectável tratando-se de documentos de cariz não obrigatório.

No entanto, os relatórios de sustentabilidade analisados, dos Bancos que já foram enumerados têm naturalmente aspectos comuns. Deste modo, podemos verificar que todos eles falam de “Indicadores GRI – Global Reporting Initiative”, medida comumente aceite internacionalmente, uma vez que a GRI é uma organização independente e global. A acrescentar credibilidade a estes indicadores está o facto de a GRI ser um núcleo oficial de colaboração do PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Nos relatórios de sustentabilidade analisados, existem alusões a produtos e serviços amigos do ambiente comercializados pelos Bancos. Nos serviços podemos destacar a instalação de equipamentos de energias renováveis (v.g., painéis solares), que têm associado um ganho fiscal para os particulares e empresas, sendo que estas despesas só podem ser utilizadas uma vez em cada quatro anos no caso dos primeiros.

O Estado Português através da sua Agência para a Energia – ADENE, criou para as empresas um programa específico, para promover a utilização de energias renováveis, consoante se tratassem de PME – Solar Térmico ou IPSS e ADUP, com o programa de Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético Ambiental em Equipamentos Colectivos.

Ainda sobre o tema, existem produtos que pelo facto de utilizarem menores quantidades de carbono no material do qual são compostos (v.g., cartão caixa carbono zero da CGD, produto estruturado Caixa Carbono Zero), são referidos nos relatórios de sustentabilidade, como “amigos do ambiente”.

Em suma, a informação divulgada pelas empresas portuguesas, nomeadamente pelos maiores bancos, deveria ser feita não apenas nos relatórios de sustentabilidade, ter um maior detalhe, denotando que é publicada por “pressão” dos *stakeholders*, carecendo de algum amadurecimento para melhorar.

5.6 - Sistemas de Gestão Ambiental (SGA)

Ao implementar um projecto que visa poupanças para o meio ambiente, surgem algumas questões: como medir os resultados e de que forma devemos controlar e melhorar o projecto. Para dar resposta às mesmas poderá ser desenvolvido um sistema de gestão ambiental (SGA), que normalmente é um subsistema do sistema global de gestão das organizações, e que deve interagir e ser compatível com os demais subsistemas utilizados pelas mesmas.

Os SGA respeitam os ciclos de melhoria contínua, denominados de ciclos de *Deming*, que envolvem o planear, executar, verificar e agir.

Deste modo, para dar cumprimento ao que foi definido nos objectivos, deverá ser averiguado se a CGD implementou ou tem perspectiva futura de implementar um SGA, pelo que se apresenta de forma resumida as principais características de um SGA. Um SGA deve assegurar no mínimo, os seguintes aspectos (Pinto, 2005):

- Definir a estrutura operacional;
- Estabelecer as actividades de planeamento;
- Definir as responsabilidades;
- Definir os recursos;
- Estabelecer as práticas e procedimentos;
- Assegurar a identificação dos aspectos ambientais e determinar a sua significância;
- Demonstrar o cumprimento dos requisitos legais e outros que a organização subscreva.

O primeiro passo envolve o levantamento da situação inicial, a concepção do sistema e desenvolvimento, seguindo-se a sensibilização dos órgãos de gestão para a

responsabilidade ambiental e a definição de uma política ambiental a qual deve ter em linha de consideração a realidade da organização em matérias ambientais, em resultado do levantamento efectuado.

Numa segunda fase há que definir a equipa de projecto. Esta tem como funções principais: *i)* participar na definição e elaboração da documentação do SGA; *ii)* garantir a implementação do SGA na organização; e *iii)* promover a motivação e envolvimento dos colaboradores da organização no sistema. A formação da equipa de projecto em matérias de carácter ambiental reveste-se de uma grande importância para o sucesso do próprio sistema, assim como dos objectivos do projecto e sua calendarização.

Na fase de planeamento a empresa deve identificar os aspectos ambientais e determinar o seu significado em termos de impactos causados pelas suas actividades, produtos e serviços, devendo ser realçados os impactos positivos e minorados os negativos. Também é neste estágio que as implicações legais tomam um lugar preponderante para um planeamento efectivo e com êxito.

A etapa mais longa é a implementação e operacionalização do funcionamento de um SGA ao que se segue a verificação e correcção das não conformidades do sistema, a serem corrigidas.

Finalmente, e como meta das organizações, atinge-se a certificação do sistema de gestão ambiental. Nesta certificação, uma terceira parte independente que não esteve envolvida no processo certifica se o sistema cumpre, ou não, os requisitos da norma de referência. Esta informação é sobremaneira importante especialmente para a empresa comunicar aos clientes e para a gestão que vê reconhecido o seu esforço pela adopção de novas práticas.

A documentação típica de um SGA, estrutura-se em quatro níveis:

- Manual de Gestão Ambiental;
- Procedimentos;
- Instruções de trabalho;
- Registos.

O documento de referência é o Manual de Gestão Ambiental onde devem ser descritos a organização, os processos e o sistema, a política e a forma de a desenvolver. No que diz respeito aos Procedimentos, estes podem ser de dois tipos: *i*) de sistemas onde são desenvolvidos as linhas de orientação e a metodologia; *ii*) operacionais que clarificam e detalham a forma como se aplicam.

Os registos devem ser arquivados e mantidos durante os prazos previstos nos procedimentos respectivos, havendo registos cuja legislação estipula prazos de manutenção.

O Fluxograma do **Anexo II** ilustra a metodologia de gestão documental de um SGA.

A certificação leva-nos a um outro problema que se prende com “Qual a Norma que se deve escolher?”, “Qual a melhor Norma?”. Para uma maior credibilidade devemos escolher uma Norma reconhecida internacionalmente e que seja referência no mercado.

A ISO 14001, publicada em 1996, constitui o primeiro referencial Internacional para a implementação de Sistema de Gestão Ambiental, e foi desenvolvida de modo a ser aplicável a todo o tipo de organizações. Em 2003 o número de organizações certificadas segundo esta ISO a nível mundial, já ultrapassava as 66 mil (Pinto, 2005). A ISO 14001 compreende capítulos como: políticas e objectivos; referências normativas; melhoria contínua; impactos ambientais; aspectos ambientais; sistema de auditoria; e requerimentos, tanto legais como outros, do sistema de gestão ambiental e controlo de acções correctivas.

De salientar, um dos aspectos menos positivos desta norma, segundo Mathews e Reynolds (2000), é o facto de poder ser a organização a apontar os seus indicadores, dando origem a que organizações de baixa performance possam estar em conformidade com esta norma.

Além desta norma, as empresas podem optar por outros referenciais quando se preparam para a implementação de um SGA – o EMAS. O EMAS foi aprovado pela norma comunitária 1836/93 da Comissão Europeia. Tem como objectivo, melhorar e avaliar os impactos ambientais das actividades das empresas industriais.

Da análise documental e das entrevistas resultou que a política ambiental da CGD ainda não tinha sido formalmente aprovada em 2009, pelo que se concluiu que a fase para o desenvolvimento de um SGA ainda se encontra muito embrionária, sendo este um dos aspectos a ser trabalhado no futuro.

5.7 – Auditoria Ambiental

Na elaboração deste trabalho foi definido como objectivo verificar se existe auditoria ambiental ⁽²⁾ na CGD. Em caso afirmativo pretende-se avaliar qual a sua mais-valia, tendo em linha de conta que este é um tipo de instrumento que potencia a revisão do sistema de gestão ambiental, ganhando sinergias na correcção e resolução das questões identificadas.

A auditoria ambiental, em sentido lato, pode ocorrer em 3 perspectivas: (1) na perspectiva de uma SGA, (2) na perspectiva de auditoria ao Relatório e Contas no que se refere à informação financeira ambiental e (3) na perspectiva de um relatório de sustentabilidade no que se refere aos indicadores de desempenho ambiental (Eugénio, 2011).

Como benefícios decorrentes de uma auditoria ambiental, em qualquer das perspectivas, temos:

- Aumento da confiança no sistema (por parte dos interessados);
- Detecção de oportunidades de melhoria;
- Actuar tempestivamente sobre as situações.

(2) Nos aspectos a tratar pelas auditorias ambientais, elas podem ser genericamente, integradas nos seguintes grupos:

- Auditorias de sistema – verificação do cumprimento dos requisitos definidos pela organização para implementar os sistema;
- Auditorias às instalações e equipamentos – devem responder a questões como se a organização está a cumprir os deveres legais impostos às suas instalações e aos seus equipamentos;
- Auditorias aos processos – servem para aferir se os processos e procedimentos instituídos estão a funcionar da forma pretendida;
- Auditorias à gestão ambiental – visa perceber qual o empenho da organização dos seus meio humanos, na gestão ambiental.

Na primeira perspectiva, ou seja, a que ocorre no âmbito da implementação de um SGA, a auditoria ambiental visa fazer uma avaliação precisa do sistema de gestão ambiental ou outros, e das acções correctivas e preventivas implementadas. O controlo e a avaliação de forma sistemática, possibilita a detecção tempestiva das insuficiências do sistema permitindo que sejam tomadas medidas para evitar e/ou minorar os efeitos destas.

A auditoria ambiental consiste no levantamento sistemático, independente, rigoroso e documentado dos dados necessários à correcta análise e avaliação objectiva da conformidade da implementação do sistema (Pinto, 2005).

Por outro lado, as equipas de auditoria interna ou externa devem ter formação adequada sobre os temas que estudam, de modo a garantir o melhor desempenho possível desta componente. Os conceitos utilizados em auditoria, tais como auditor, auditado, processo de auditoria, entre outros, devem ser bem entendidos pelas equipas que, sob pena de se perder a oportunidade de corrigir situações menos correctas.

Os requisitos que os auditores, devem ter para cumprir a sua missão o melhor possível são, entre outros, o de ser um bom ouvinte, persistente, ter “espírito aberto”, objectivo e manter a sua independência.

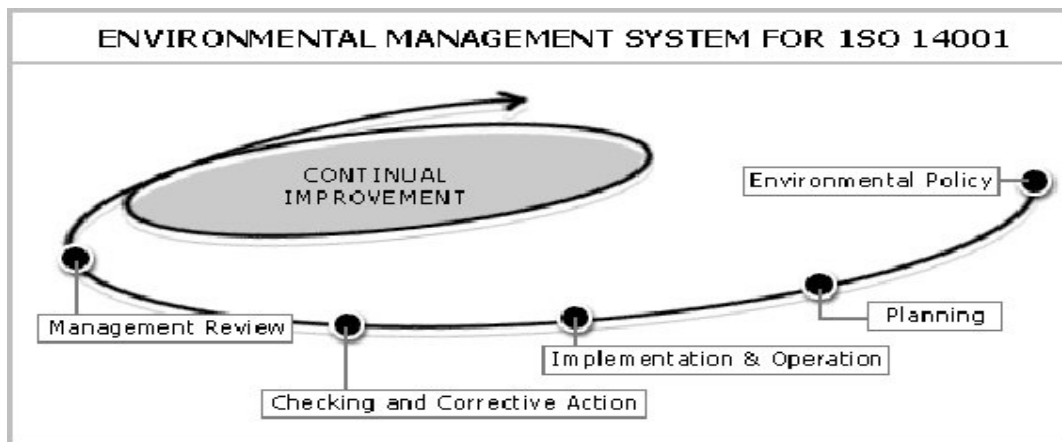
Como responsabilidades, têm invariavelmente de agir de forma ética e manter a confidencialidade, identificar o normativo interno e externo (v.g., legislação) à organização, seguir e permanecer dentro do âmbito delineado para o trabalho de auditoria em causa, recolher e analisar as evidências que for recolhendo.

Para efectuar um trabalho deste tipo, a escolha da equipa tem de ter em atenção, o princípio da isenção, deve ser composta sempre por mais de um auditor (preferencialmente três).

Nos casos que o justifiquem, podem ser contratados especialistas, nomeadamente para matérias de grande especificidade, de molde às conclusões da equipa de auditoria serem tão fidedignas quanto possível. A periodicidade das auditorias, deve ser ajustada de acordo com o programa delineado, em relação às áreas a auditar.

A auditoria ambiental no âmbito de um SGA, na fase seguinte à implementação deve existir uma revisão e tomada de medidas correctivas para as situações que forem identificadas, como podemos ver na figura seguinte:

Figura 2 – Sistema de Gestão Ambiental segundo a ISO 14001



Fonte: ISO 14001

Para o caso da CGD conclui-se que ainda não ocorreram procedimentos de auditoria no âmbito de um SGA, pois como já foi referido este sistema está ainda numa fase embrionária.

Na segunda perspectiva, auditoria no âmbito da informação financeira ambiental divulgada no Relatório e Contas, compreende-se que em termos de normativo nacional e de obrigatoriedade de divulgação no relatório e contas que a empresa produz, as matérias ambientais são reguladas na NCRF 26 – Matérias Ambientais, a qual refere que devem ser objecto de divulgação no relatório de gestão e no anexo as informações ambientais que forem materialmente relevantes.

Ao analisarmos a Certificação Legal de Contas do Relatório e Contas CGD, verificou-se que não existe qualquer referência às matérias ambientais. Tendo em linha de conta o referido no ponto 5.4., concluímos que a NCRF 26 apenas foi cumprida parcialmente.

Quanto aos relatórios de sustentabilidade, não existe obrigatoriedade de serem auditados uma vez que são de cariz voluntário. Para a sua auditoria existem 3 normativos

usualmente utilizados (em conjunto ou apenas 1 ou 2 deles): as directrizes GRI, A AS1000 e a IASE 3000.

A CGD no seu Relatório de Sustentabilidade, que foi elaborado de modo a observar as directrizes do nível A+ da *Global Reporting Initiative* (GRI G3), confirmou as conclusões ao nível de *compliance* através de uma auditoria externa efectuada pela empresa *Deloitte*, como forma de garantir a independência.

Este trabalho de auditoria analisou a conformidade da informação disponibilizada com o solicitado pela GRI G3, através dos critérios deliberados, considerando os suplementos do sector financeiro, os critérios estabelecidos no protocolo dos níveis de aplicação e nos protocolos dos indicadores. Validou também a fiabilidade da informação disponibilizada associada a esses itens (estratégias, perfil e indicadores de desempenho) através da análise de evidências.

No caso em estudo, encontra-se descrito no Relatório de Sustentabilidade da CGD (2009) que é objectivo da CGD “desenvolver esforços no sentido de efectuar auditorias específicas para avaliar o nível de implementação dos programas/políticas ambientais e sociais, bem como desenvolver procedimentos formais de avaliação do risco”. No entanto, actualmente, ainda não se encontram implementadas nem são efectuadas de auditorias deste tipo.

6 – Sugestões de melhoria

Neste ponto ⁽³⁾ serão identificadas oportunidades de melhoria, que poderiam ser vectores para o futuro, de molde a trazer novas soluções, uma vez que o Programa Caixa Carbono Zero estava já implementado. Serão também referidas as iniciativas previstas mas ainda não concretizadas e que cruzam com os objectivos deste projecto de Tese.

(3) Neste projecto considerou-se mais correcto apresentar oportunidades de melhoria do que formas de implementação uma vez que o Programa Caixa Carbono Zero, da CGD já se encontrava em parte implementado.

Das entrevistas efectuadas com os colaboradores do SGI, DCM e a uma colaboradora da empresa externa E-Value, podemos referir que os vários pontos de vista, têm um denominador comum, nomeadamente que o Programa é positivo, tem um objectivo macro que todos concordaram ser de fulcral importância para a CGD e para a sociedade em geral.

De facto, dos assuntos que foram abordados com os entrevistados no SGI, destacamos o facto referido neste órgão, relacionado com a concepção, projecto e a instalação dos painéis solares que careceu de licenças camarárias, estudos de impacto ambiental entre outros mas que por fim se tornou uma realidade, poupando cerca de 3% da energia eléctrica consumida, traduzida no simpático número de 1 GWh de poupança anual.

Para além deste facto, outro relacionado com esta energia produzida é o facto de estar a ser utilizada para a climatização do ar do edifício, aquecimento das águas sanitárias, potenciando ainda mais o seu resultado. Está é outra questão de orgulho para a equipa do SGI.

Sobre o controlo sobre a facturação da EDP, em termos do que é vendido pela CGD com a Microgeração e do que é consumido feito por um colaborador com funções técnicas, foi-nos transmitido que os valores alcançados fizeram com que em 2009 fosse alargado este projecto a mais agências do que previsto. Este é outro indicador positivo sobre o tema.

Foi com a implementação deste Programa e desta iniciativa de poupança energética, que a CGD deu início em 2008 pela primeira vez à recolha completa e exaustiva dos dados de consumos de electricidade em toda a rede comercial.

Outro factor positivo que foi referenciado, estava relacionado com estar previsto a recuperação do investimento nos 20 anos, que os painéis deverão funcionar. Também externamente foi realizada uma entrevista com a colaboradora da empresa E-Value, a qual deixou uma nota positiva para o facto de não existirem muitos edifícios de serviços, que após a sua construção e conclusão, obtêm a licença de edifício eficiente em termos energéticos/ambientais, como aconteceu no caso do edifício Sede da CGD.

Existem também pontos a melhorar, tal como resultou das análises apresentadas no ponto 5. Algumas das questões que podem ser referidas como menos conseguidas, são por exemplo: *i)* a CGD não dispor de um plano de contas ambiental; *ii)* inexistência de um SGA; *iii)* a auditoria ambiental, de forma geral, ainda não se encontrava implementada; *iv)* falta de centralização efectiva de toda a informação e mesmo de uma liderança do projecto; *v)* demonstrações financeiras na vertente ambiental entre outras, não devem ser vistas como falhanços mas sim como oportunidades de melhoria; *vi)* falta de identificação do ganho em termos de imagem para a CGD e relacioná-lo com réditos efectivos.

Relativamente às questões atrás referidas, foi identificado que se prevê, embora sem data definida para a sua conclusão, implementar um Plano de contas ambientais, onde fiquem espelhados os valores de gastos e de réditos ambientais.

A entrada em funcionamento do Sistema de Gestão Ambiental, confinava outra oportunidade de melhoria a ser desenvolvida, uma vez que permitirá o desenvolvimento contínuo de melhorias, através da correcção de alguns factores identificados como incorrectos.

A auditoria ambiental constitui outra peça fundamental para a melhoria contínua. No entanto, pela análise ao Indicador *FS9 - Âmbito e frequência das auditorias para avaliar a implementação das políticas ambientais e sociais, bem como os procedimentos de avaliação de risco*, verifica-se que esta não está a funcionar, constituindo um compromisso de futuro.

Adicionalmente, em virtude do Programa ser de tão grande dimensão, a informação sobre o mesmo estava pulverizada em várias Direcções/Empresas do Grupo CGD, o que dificulta a gestão do mesmo, apesar de existir uma Direcção encarregue desta tarefa. Uma forma de ultrapassar esta situação seria centralizar a informação do Programa, em apenas um órgão.

A implementação de demonstrações financeiras de carácter ambiental, não constituíam um objectivo para este Programa da CGD. No entanto, para alcançar melhores

resultados e ter implementada Contabilidade Ambiental, será de fulcral importância desenvolver este instrumento de gestão.

Também ao nível da comunicação, existia a ideia/opinião que este Programa teve impacto positivo na imagem e simpatia do público em geral, através não só da iniciativa dos painéis solares mas de todas as outras, como por exemplo a Floresta Caixa que de modo muito sintético engloba cuidar de 107.000 árvores, ou as acções de sensibilização com sessões e palestras (destacamos a palestra com um Guru desta temática, o Sr. Al Gore). No entanto, não existia uma quantificação das vantagens que o mesmo trouxe à CGD.

Deste modo, existem possibilidades de melhorar e ampliar o Programa Caixa Carbono Zero, com algumas iniciativas que já estão pensadas, outras mesmo previstas e que ainda não foi possível por uma razão ou por outra concretizar. Mas, tendo em conta que este programa é bastante recente e que já foram desenvolvidas inúmeras iniciativas, as oportunidades de melhoria devem ser encaradas como algo de positivo que permitirá fortalecer ainda mais as consequências positivas, neste caso ao nível ambiental. Embora ainda haja muito a fazer, como geralmente acontece num programa desta envergadura.

7 – Conclusões

De forma a melhorar e se possível aumentar os resultados deste Programa Caixa Carbono Zero, existiam medidas que já estavam previstas e outras que deverão ser tomadas em consideração, as quais foram estudadas e identificadas durante a realização deste Projecto de Tese.

Os objectivos iniciais que foram propostos para este trabalho, consistiam em verificar: *i)* estágio da implementação da Contabilidade Ambiental na Caixa Geral de Depósitos, mormente no decurso “Programa Caixa Carbono Zero”, quais os princípios que guiaram essa implementação e em que etapa se encontrava; *ii)* existência de Sistemas de Gestão Ambiental – SGA; *iii)* verificação se estava a funcionar a Auditoria Ambiental na CGD;

iv) determinar quais eram as divulgações de carácter obrigatório e facultativo, e se a CGD está a cumprir com a NCRF 26; *v)* os efeitos da implementação do programa, mormente ao nível fiscal e da poupança energética (v.g., painéis solares no Edifício Sede e Agências e *vi)* percepção para os *stakeholders*, clientes e público em geral, em termos de mudança da imagem que estes tinham da CGD e se foram medidos os ganhos/prejuízos que ocorreram.

Assim, relativamente ao primeiro objectivo proposto, pode ser sugerido como formas de tornar os resultados deste Programa Caixa Carbono Zero (as quais serviriam ao mesmo tempo para efectivar a implementação da Contabilidade Ambiental na CGD), ainda melhores, algumas medidas, umas que já estavam previstas e outras que deverão ser tomadas em consideração, nomeadamente:

- Implementar um SGA;
- Desenvolver um plano de contas ambiental;
- Efectuar Demonstrações financeiras de âmbito ambiental (Demonstração de Resultados e eco-Balanço);
- Desenvolver métricas para medição do impacto da implementação destas iniciativas em unidades, relacionando-as se possível com ganhos materiais obtidos/a obter;
- Promover a Auditoria Ambiental;
- Melhorar o sistema de produção de informação financeira ambiental de forma a responder de forma completa a todos os indicadores de desempenho ambiental.

Deste modo e ainda sobre este tema, pela leitura do EN30 – “Total de custos e investimentos em protecção ambiental por tipo”, no Relatório de Sustentabilidade de 2009, podemos concluir que os trabalhos, no sentido de ajudar ou clarificar questões relacionadas com o meio ambiente, estão em curso na CGD, sendo esta promotora de várias iniciativas deste cariz. No entanto, apesar dos investimento/despesas para a protecção ambiental serem contabilizadas, estas não são feitas de acordo com as normas da contabilidade ambiental. definidas pelo EMAS.

A implementação de um Sistema Gestão Ambiental, de acordo com o relatório de sustentabilidade de 2009 da CGD, tinha início previsto no ano de 2010. Verificou-se

que ainda se encontra em curso, à data de término deste trabalho. Este facto, pode estar em parte justificado devido a ainda não estar aprovada a Política de Ambiente, embora seja uma questão de mera formalidade, pois o documento estava já preparado desde o mês de Setembro de 2010. No entanto, somos de opinião que este deve ser um passo a tomar com a maior brevidade, para que sejam impulsionadas iniciativas/projectos novos e “antigos” (como é o caso de um Sistema de Gestão Ambiental). Deste modo, como oportunidade de melhoria poderia ser implementado na CGD um Sistema de Gestão Ambiental, de molde a controlar, aperfeiçoar e corrigir o que se encontra já operacionalizado.

No que diz respeito à CGD ter em funcionamento procedimentos de Auditoria Ambiental (outro dos objectivos iniciais propostos), apenas foi possível apurar que, não eram feitas auditorias ambientais, com recursos contratados interna ou externamente. De facto o Relatório de Sustentabilidade da CGD (2009) menciona que é objectivo da CGD “desenvolver esforços no sentido de efectuar auditorias específicas para avaliar o nível de implementação dos programas/políticas ambientais e sociais, bem como desenvolver procedimentos formais de avaliação do risco”. No entanto, como já foi referido, ainda não se encontram implementadas nem são efectuadas, este tipo de auditorias. Apenas foi realizada uma auditoria externa ao Relatório de Sustentabilidade.

Através da análise às divulgações com menções ao ambiente, foi apurado que existiam algumas e que estas faziam parte do Relatório e Contas de 2009 da CGD, no capítulo do “Relatório sobre o Governo da Sociedade”, entendendo-se como parte do relatório de gestão. De referir igualmente que nas divulgações do Relatório e Contas, no caso da restante Banca portuguesa, em que analisámos quatro Bancos de grande dimensão (incluindo a CGD), as notas são objecto de análise de conformidade e certificação pelos auditores externos. Nos relatórios produzidos pelos auditores externos – certificação legal das contas - não existem quaisquer menções de cariz ambiental.

Em termos de divulgações, durante a realização deste trabalho foi constatado estar previsto a CGD divulgar no futuro, nos Relatórios de Sustentabilidade, apenas os indicadores para os quais tinha dados que permitiam responder efectivamente aos mesmos. Da leitura destas necessidades, surge a urgência de otimizar os sistemas de recolha de informação, com vista a dar respostas mais completas aos *stakeholders*, uma

vez que para vários casos a única informação que existia acerca do indicador, era a de que a CGD não dispunha de informação para poder divulgar (v.g., EN 6 e EN7).

Finalmente, após uma análise cuidada ao normativo português, (NCRF 26), com o intuito de verificar acerca das divulgações obrigatórias, concluímos que as mesmas foram cumpridas parcialmente.

O Programa Caixa Carbono Zero, não teve a nível fiscal quaisquer benefícios, a não ser o reconhecimento em custos do exercício, donde se conclui que o Estado Português deveria assumir o seu papel privilegiado para apoiar todas as empresas que exerçam actividades amigas do ambiente ou promovam projectos com poupanças para o ambiente, nomeadamente ao nível da fiscalidade. Houve um apoio a fundo perdido para particulares e algumas empresas que colocassem painéis solares, o qual não se aplicava à CGD.

Este mesmo Programa, foi determinante para a implementação de um elevado número de iniciativas, das quais este trabalho apenas estudou a poupança energética, devido à instalação de painéis solares no Edifício Sede da CGD e em algumas das agências (Microgeração), neste último caso, para geração e venda de energia à EDP. Neste ponto, concluímos que a instalação de painéis solares térmicos no primeiro caso e fotovoltaicos no segundo, geraram uma poupança de 1 GWh por ano, no Edifício Sede e a energia produzida e vendida pela rede de 80 agências no total de 430 mil KWh, o que se pode considerar um excelente resultado.

Por outro lado, a CGD tem ganho nos últimos anos vários prémios incluindo internacionais, o que tem uma influência claramente positiva, demonstrando que é uma empresa moderna com preocupações ambientais, o que pode actuar positivamente na sua imagem. Neste campo, é unânime a ideia que a influência positiva de imagem conduz a um aumento da simpatia do público em geral pela marca, traduzindo-se em mais clientes e negócio. Também neste campo, seria importante fazer-se um trabalho de quantificação do custo/benefício destas medidas para a empresa, embora este valor nem sempre seja mensurável, pois se é difícil provar a relação dos ganhos em termos de imagem, devido à acção A ou B, ainda se torna mais complicado relacionar ganhos de imagem com proveitos efectivos. Mesmo assim, de forma empírica, pode dizer-se que a

imagem externa do banco saiu favorecida, pelas medidas tomadas ao nível do “Caixa Carbono Zero”.

Limitações do trabalho e perspectivas futuras

Como limitações neste trabalho tivemos o factor tempo para a elaboração deste projecto tese, a qual teve de ser feita em cerca de seis meses, adicionado do facto do número de recursos humanos se resumir apenas a uma pessoa envolvida.

O facto de inicialmente se ter pensado que existiria ou se conseguiria mais informação sobre o projecto, dentro do Programa Caixa Carbono Zero, que contempla a instalação da Central solar no edifício Sede da CGD e a Microgeração, da qual fazem parte 88 agências da rede comercial com painéis que geram energia para vender à EDP, também constituiu um constrangimento à elaboração deste trabalho.

De igual forma, constitui uma limitação o facto do edifício sede da CGD, ter estado cerca de seis meses sem os contadores de electricidade a funcionar em 2009, factor que teve de ser ultrapassado por uma extrapolação dos consumos. Esta limitação de informação do inventário 2009 verificou-se nos dados de base relativos aos consumos de electricidade. De facto, em 2009 – e ao contrário do verificado em 2008 – ocorreu uma falha no registo SAP de dados completos de facturação, que se traduziu na indisponibilidade de informação detalhada sobre consumos facturados para todas as instalações que mudaram de fornecedor, a partir da data em que essa mudança ocorreu. Foi necessário efectuar um exercício detalhado e moroso de extrapolação de consumos que, apesar de produzir resultados considerados razoáveis e com aderência à realidade, constitui uma limitação.

No universo dos Edifícios Centrais, foi também necessário utilizar uma estimativa, fornecida pelo SGI, do consumo global do Edifício Sede, uma vez que o respectivo contador não esteve em funcionamento entre 04.08.2009 e 15.10.2009. Este facto resultou na emissão de elementos de facturação incorrectos, que foram objecto de acerto posterior entre a CGD e o fornecedor de electricidade. Existiram igualmente algumas restrições na informação a divulgar nesta tese, em virtude da empresa ter alguns processos em outsourcing, os quais obedecem a regras específicas.

Em termos de perspectivas futuras, verifica-se que a CGD já adoptou medidas que lhe permitem estar no caminho correcto, podendo considerar-se uma empresa “amiga do ambiente”. Em termos de implementação de um sistema de Contabilidade Ambiental existem alguns factores chave, como por exemplo, o SGA, a Auditoria Ambiental, a implementação de um plano de contas ambiental e a centralização e reporte periódico de forma consolidada dos resultados dos planos/iniciativas tomadas, para que esta se considere efectiva.

Bibliografia

- Caixa Geral de Depósitos (2010), Sustentabilidade Caixa: produção de energia, *Revista Caixa Empresa*, 28 Maio
- Adams, C. e Whelan, G. (2009), Conceptualizing future change in corporate sustainability reporting, *International Journal of Accounting, Auditing & Accountability*, 22 (1), 118-143.
- Adger, W. e Jordan, A. (2009), *Governing Sustainability*, Cambridge University Press.
- Banco Espírito Santo, Relatório & Contas 2009, <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=292AF390-446F-4D7D-BE0C-BCF3DF715E64>
- Banco Espírito Santo, Relatório de Sustentabilidade de 2009, <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=E583FA33-8ECD-40DB-8A5F-41E5A006D9C2>
- Banco Português de Investimento, Relatório & Contas 2009, <http://bpi.bancobpi.pt/index.asp?riIdArea=AreaDFinanceiros&riId=DContas>
- Burrit, R. e Schaltegger, S. (2010), Sustainability accounting and reporting: fad or trend, *International Journal of Accounting, Auditing & Accountability*, 23 (7), 829-842.
- Caixa Geral Depósitos, Relatório & Contas 2009, <http://www.cgd.pt/Corporativo/Informacao-Financeira/CGD/Relatorios-Contas/2009/Pages/Relatorio-CGD-2009.aspx>
- Caixa Geral Depósitos, Relatório de Sustentabilidade da Caixa Geral Depósitos 2009, <http://www.cgd.pt/Institucional/Sustentabilidade/Relatorio/2009/Pages/Relatorio-Sustentabilidade.aspx>
- Código do Imposto Rendimento pessoas Colectivas, http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/
- Código do Imposto Rendimento pessoas Singulares, http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/
- Código do Imposto Valor Acrescentado, http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/
- Eugénio, T., Lourenço, I. and Morais, A. (2010), Recent developments in social and environmental research, *Social Responsibility Journal*, 6 (2), 286-305.

- Eugénio, T. (2002), *Gestão e Contabilidade dos impactos ambientais*, Tese de Mestrado em Ciências de Gestão, ISCTE.
- Eugénio, T. (2004), *Contabilidade e Gestão Ambiental*, Áreas Editora.
- Eugénio, T. (2006), Contabilidade social vs Contabilidade ambiental, *Revista Valor Acrescentado*, Nº 6, Novembro.
- Eugénio, T. (2007), *Estudo de Caso: Implementação de Contabilidade Ambiental*, Revista del Instituto International de Costos, 1, 32-59.
- Eugénio, T. (2009), Contabilidade social vs Contabilidade ambiental, *Revista Revisores e Auditores*, Nº 44, Janeiro/Março.
- Eugénio, T. (2009), Social and Environmental Accounting - A case study on a portuguese cement company, Tese de Doutoramento em Contabilidade, ISCTE.
- Eugénio, T. (2011), Auditoria ambiental, Comunicação apresentada no Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Mestrado em Auditoria.
- Ferreira, A., Moulang C. e Hendro B. (2010), Environmental management accounting and innovation: an exploratory analysis, *International Journal of Accounting, Auditing & Accountability*, 23 (7), 920-948.
- Fiúza, M. (2010), A pegada carbónica da banca, *Revista Exame*, Setembro.
- Freitas, A. (2007), *Análise das Divulgações Ambientais nos Relatórios Anuais das Maiores Empresas Portuguesas*. Tese de Mestrado em Contabilidade, ISCTE.
- Gallhoffer, S., Gibson K., Haslam J., McNicholas P. e Takiari, B. (2000), Developing environmental accounting: insights from indigenous cultures, *International Journal of Accounting, Auditing & Accountability*, 13 (3), 381-409.
- Gaspar, M. (2003), *Contabilidade Ambiental na empresa – O caso do sector eléctrico*, Tese de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, FCT-UN.
- Gibson, K. (1997) Courses on environmental accounting. *Accounting, Auditing and Accountability Journal* 10 (4), pp584-93.
- Gomes, D. (2010), *Contabilidade Ambiental – Aplicação dos Princípios Normativos a uma Obra do Grupo Soares da Costa, SGPS, SA*, Tese de Mestrado em Engenharia do Ambiente, FEUP.
- Gonzalez C. e Bebbington, J. (2000), Accounting change or institutional Appropriation? – A case study of the implementation of environmental accounting, *Critical Perspectives on Accounting*, 12, 269-292.

- Gray, R., Bebbington, J. e Collisson, D. (2006), NGOs, civil society and accountability: making the people accountable to capital, *International Journal of Accounting, Auditing & Accountability*, 19 (3), 319-348.
- IAS, International Accounting Standards, IASB.
- International Guidance Document (2005), *Environment Managing Accounting*. IFAC.
- Lamberton, G. (2000), Accounting for sustainable development – A case study of City Farm, *Critical Perspectives on Accounting*, 11, 583-605.
- Major, M. e Vieira, R. (2009), *Contabilidade e Controlo de Gestão, Teoria Metodologia e prática*, Escolar Editora.
- Mathews, M. (1997), Twenty five years of social and environmental accounting research. Is there a silver jubilee to celebrate?, *International Journal of Accounting, Auditing & Accountability*, 10 (4), 481-506.
- Millenium BCP, Relatório & Contas 2009, <http://www.millenniumbcp.pt/pubs/pt/investidores/informacaoфинanceira/apresentacaoderesultados/>
- Millenium BCP, Relatório de Sustentabilidade de 2009, http://www.millenniumbcp.pt/multimedia/archive/00424/BCPSustentabilidade_424838a.pdf
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), http://www.cnc.min-financas.pt/sitecnc_divulg_SNC.htm
- Pereira, A. (2007), A Contabilidade Ambiental – A sua relevação no relato financeiro. *Jornal de Contabilidade (APOTEC)*, 367, 320-331.
- Perez, R., Ruiz, C. e Fenech, F. (2007), Environmental management systems as an embedding mechanism: a research note, *International Journal of Accounting, Auditing & Accountability*, 20 (3), 403-422.
- Pinto, A. (2005), *Sistemas de Gestão Ambiental*, Edições Sílabo.
- Pires, L. (2009), *Contabilidade Ambiental*, Tese de Mestrado em Gestão, FEUC.
- Santander Totta, Relatório & Contas 2009, http://www.santandertotta.pt/pagina/content/0,1301,1384_32361_1_1_1341_4_0_00.html?ano=2010
- Santander Totta, Relatório de Sustentabilidade de 2009, <http://www.bcsdportugal.org/santander-totta-2009/1125.htm>

- Sardinha, I. e Reijnders, L. (2005), Evaluating Environmental and Social Performance of Large Portuguese Companies: A Balanced Scorecard Approach, *Business Strategy and the Environment*, 14, 73-91.
- Silva, J. (2009), Caixa Carbono Zero visão e estratégia da CGD para as alterações climáticas, *Revista Ingenium*, Julho/Agosto.
- Slomp, S. (2000), *Environmental accounting, auditing and reporting in Europe: The role of FEE*. *European Accounting Review*, 9 (1), 111-129.
- Stevenson, L. (2000) A Description of Social and Environmental Accounting Educators in UK Universities in 1998, *Social and Environmental Accounting Journal*, Vol 20(2), pp12-15.
- Sundin, H. (2010), Approaches to integrating social and environmental accounting (SEA) into accounting majors in Australian universities, *Social and Environmental Accountability Journal*, 30 (2), p.80-95.
- UNCTAD, Environmental Financial Accounting and Reporting at the corporate Level,
<http://www.unctad.org/templates/meeting>

Anexos

Anexo I

Normativo Internacional

ISO 14000

Na sequência da cimeira do Rio (organizada pela ONU, Junho de 1992), foi definida a necessidade de criação de uma norma de qualidade, que integrasse as questões ambientais.

Estamos a falar de normas para gestão de sistema ambiental, que têm especial atenção à questão da prevenção e da melhoria contínua. A grande diferença face aos EMAS reside no facto de esta norma abranger outros tipos de empresas e organismos, nomeadamente: retalhistas, hospitais, universidades, entre outros.

O ISO 14000 compreende os seguintes capítulos: políticas e objectivos; referências normativas; melhoria contínua; impactos ambientais; aspectos ambientais; sistema de auditoria; e requerimentos, tanto legais, como outros, do sistema de gestão ambiental e controlo de acções correctivas.

Um dos aspectos negativos desta norma, segundo Mathews e Reynolds (2000), é o facto de poder ser a organização a apontar os seus indicadores, dando origem a que organizações de baixa performance possam estar em conformidade com esta norma.

CERCLA

Os contributos para as questões básicas das matérias ambientais e a contabilidade financeira, trazidas pela regulamentação americana, como a CERCLA não se limitaram ao espaço americano, sendo que os aspectos dessa regulamentação foram tidos em conta, para alterações contabilísticas igualmente levadas a cabo na Europa. Esta regulamentação americana, pretendeu definir os principais conteúdos sobre as questões ambientais, que devem constar no relatório de gestão e nas notas.

É destacada a necessidade de serem incluídos no relatório de gestão aspectos relativos à política ambiental adoptada pela empresa assim como soluções perante a legislação vigente e melhorias realizadas nos aspectos ambientais, entre outros.

Para as notas é recomendado que sejam relatados aspectos relacionados com a política contabilística adoptada pela empresa, critérios e montantes resultantes do reconhecimento de provisões e de responsabilidades e efeitos de impostos e garantias dadas ou recebidas relativas a matérias ambientais.

Anexo I (Cont.)

Normativo Internacional

Em Julho de 1997, a ONU (UN-Isar) afirmou que as demonstrações contabilísticas têm como objectivo fornecer informações sobre a posição financeira de uma empresa, conforme as necessidades dos diversos utilizadores. Este facto significou um forte impulso, no sentido de serem clarificados aspectos relacionadas com o reconhecimento de custos, as responsabilidades, a mensuração e a lista das divulgações obrigatórias de carácter ambiental, que os normativos contabilísticos deviam de ter em atenção.

No que se refere aos custos, os problemas destacados foram especialmente a definição de quando deve o custo ser reconhecido ou ser capitalizado e, neste último caso se deve ou não acompanhar o activo que lhe está associado.

FASB

Nas normas contabilísticas Americanas, US GAAPs, não existem normas dedicadas exclusivamente às questões ambientais ou sociais. As normas relacionadas com o reconhecimento de provisões e responsabilidades foram aquelas que mais influências tiveram para a questão ambiental. Estas normas defendem que seja reconhecida uma provisão, quando é provável que uma obrigação exista e o seu custo possa ser razoavelmente estimado. A filosofia destes normativos é de que os relatórios de contas são o instrumento base de informação ao *shareholder* e que as questões ambientais não se diferenciam das restantes.

Nestes relatórios, predomina a visão financeira, onde as questões ambientais e sociais serão sempre encaradas como um parente pobre.

IASB

O IASB, é o organismo responsável pelo desenvolvimento de normas internacionais de contabilidade, ou seja, pela produção das IAS, sendo que actualmente estas normas são designadas por International Financial Reporting Standards (IFRS).

Anexo I (Cont.)

Normativo Internacional

Nas IAS existem várias normas que abordam assuntos ligados ao ambiente, dos quais vamos frisar os mais importantes. De facto, podemos ver referências ambientais nos textos das seguintes normas:

- IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras está definido que as empresas podem apresentar fora das demonstrações financeiras, relatórios e demonstrações tais como relatórios ambientais, sobretudo nos sectores em que os factores ambientais sejam significativos;
- IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis incidiram em especial na aquisição de activos fixos tangíveis por razões de segurança ou ambientais não se deixando de lado a necessidade de, em determinadas condições, se proceder a teste de imparidade, como para os restantes AFT;
- IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar
- IAS 36 – Imparidade de Activos Imparidade de activos por questões ambientais, incluindo danificação de propriedade, foi incluída e abordada, no âmbito da IAS 36, onde as dificuldades de cálculo da imparidade podem estar associadas à determinação do valor recuperável e do tempo envolvido.
- IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes são discutidas e esclarecidas as dificuldades com reconhecimento e mensuração de provisões ligadas às matérias ambientais.
- IAS 38 – Activos Intangíveis, em termos se a emissão de direitos e limites de poluição, com o fim de se verificar até que ponto estes direitos poderiam ser ou não enquadrados como

Este de trabalho, levado a cabo pelo IASB, abriu precedentes únicos, uma vez que toda a estrutura conceptual, elaborada até à altura, tinha por base o principal destinatário da informação financeira os *shareholders*. Segundo Collison e Slomp (2000), o IASB defendeu esta posição, pelo facto de existirem grandes pressões quer dos utilizadores, quer dos auditores, para a existência de uma estrutura una e consolidada, que serviria de norma para todos.

Anexo I (Cont.)

Normativo Internacional

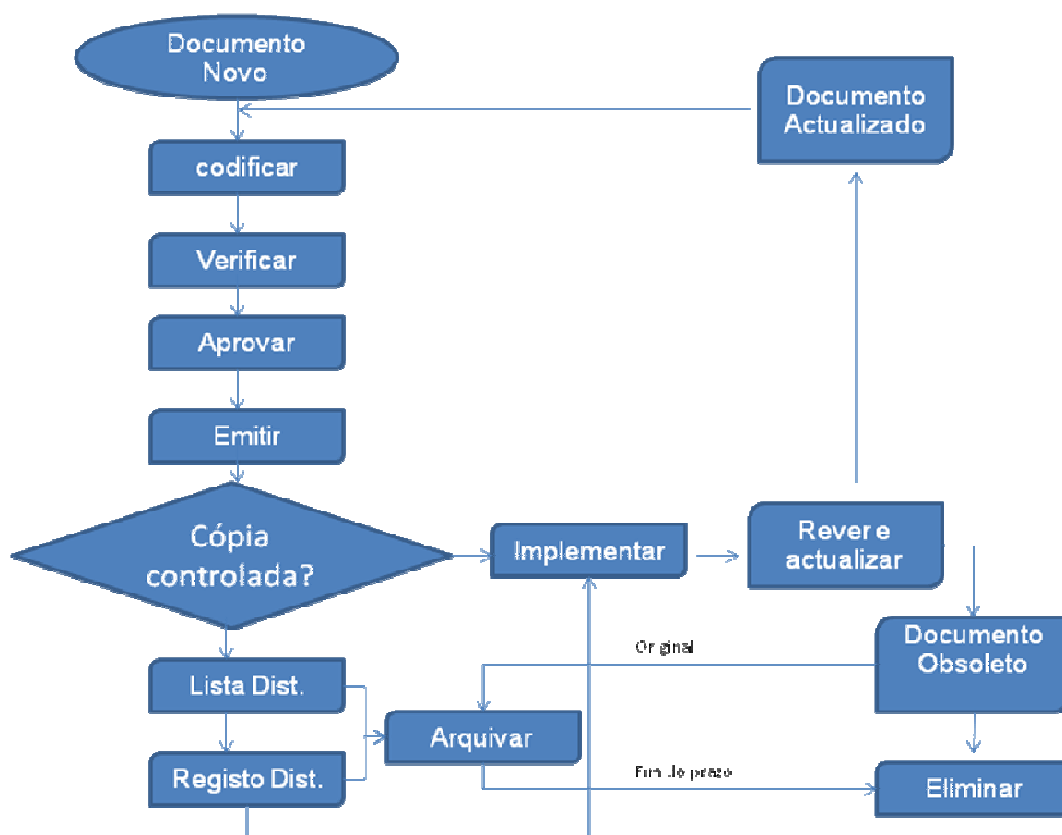
Normativo Europeu

Ao nível europeu salienta-se um conjunto de documentos de elevado interesse em matéria de contabilidade e gestão ambiental:

- Directiva Europeia sobre Responsabilidade Ambiental, 2004;
- Recomendação da Comissão de 30 de Maio de 2001 (2001/453/CE), respeitante ao reconhecimento, à valorimetria e à prestação de informações sobre questões ambientais nas contas e no relatório de gestão das sociedades. O objectivo desta Recomendação (§ 10) é assegurar que os utilizadores das contas das empresas recebam informações comparáveis, nas quais se incluam questões ambientais. Com estas orientações a Comissão reforça as iniciativas comunitárias em matéria de protecção do ambiente;
- Documento XV/6004/94 do Fórum Consultivo da Contabilidade sobre Questões Ambientais no Relato Financeiro, de Novembro de 1995;
- Directiva n.º 78/660/CEE, relativa às contas anuais de certas formas de sociedades e a Directiva n.º 83/349/CEE, relativa às contas consolidadas, que correspondem à 4ª e 7ª Directivas, respectivamente. Com as necessárias alterações decorrentes da transposição para o direito interno da Directiva n.º 2003/51/CE, pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro (menciona a introdução de informações de carácter ambiental aquando da elaboração do relatório de gestão).

Anexo II

Gestão Documentos do SGA



Anexo III

Questões utilizadas nas Entrevistas

Dr.^a Ana Rovisco (Empresa E-Value)

- Qual o âmbito de actuação da empresa E-value na CGD?
- Quais os pontos que são alvo de estudo?
- Quais foram as implicações do Caixa Carbono Zero na CGD?
- Têm dados sobre a forma como o(s) sector(es) alvo viram estas iniciativas?
- Como poderia este Projecto ser melhorado?
- A instalação dos painéis solares na Sede da CGD foi uma medida importante?
- Em que sentido?

Anexo III (Cont.)

Questões utilizadas nas Entrevistas

Dr.^a Ana Rovisco (Empresa E-Value) – (Cont.)

- Esta poupança em electricidade que é muito importante em termos ambientais, é rentável para a empresa?
- Existe alguma forma de fazer crescer esses réditos?
- Existe um plano de contas ambientais na CGD?
- O que é contabilizado nessas contas?
- E proveitos ambientais?
- E de custos ambientais?
- Estas estão implementadas ao nível do SGI ou na CGD?

Anexo III (Cont.)

Questões utilizadas nas Entrevistas

Dr.^a Ana Rovisco (Empresa E-Value) – (Cont.)

- A E-value procedeu à elaboração de demonstrações financeiras, (Demonstração de Resultados e Balanço) da CGD, utilizando estas contas?
- E relativamente aos ganhos decorrentes da poupança de electricidade?
- São registados?
- Em caso negativo, são apenas mencionados no Relatório de Sustentabilidade?
- Quais são as Normas Ambientais ou de Contabilidade Ambiental? EMAS.
- Têm os números relacionados com a Microgeração?

Anexo III (Cont.)

Questões utilizadas nas Entrevistas

Dr. Tiago Sousa - SGI

- Existe um plano de contas ambiental na CGD?
- Em caso afirmativo este plano está implementado no SGI ou na CGD?
- Existem demonstrações financeiras, DR e Balanço, em particular só utilizando estas contas?
- E os ganhos decorrentes da poupança de electricidade?
- De que forma são registados?
- Em caso negativo são apenas mencionados no Relatório de Sustentabilidade?

Anexo III (Cont.)

Questões utilizadas nas Entrevistas

Dr. Tiago Sousa – SGI (Cont.)

- Quais são os réditos gerados pela Microgeração, proveniente dos painéis que foram instalados em 68 agências CGD?
- Onde é registado esse rédito que a CGD ganha com a Microgeração?
- A CGD cumpre com as Normas ambientais?
- Têm dados sobre a forma como o(s) sector(es) alvo viram estas iniciativas?
- Como poderia este Projecto ser melhorado?
- A que regras tem este projecto que respeitar?

Anexo III (Cont.)

Questões utilizadas nas Entrevistas

Eng. Mário Rodrigues- SGI

- Existe um plano de contas ambiental na CGD?
- Em caso afirmativo este plano está implementado no SGI ou na CGD?
- Existem demonstrações financeiras, DR e Balanço, em particular só utilizando estas contas?
- E os ganhos decorrentes da poupança de electricidade?
- De que forma são registados?
- Em caso negativo são apenas mencionados no Relatório de Sustentabilidade?
- Quais são os réditos gerados pela Microgeração, proveniente dos painéis que foram instalados em 68 agências CGD?

Anexo III (Cont.)

Questões utilizadas nas Entrevistas

Eng. Mário Rodrigues- SGI (Cont.)

- Onde é registado esse rédito que a CGD ganha com a Microgeração?
- A CGD cumpre com as Normas ambientais?
- Têm dados sobre a forma como o(s) sector(es) alvo viram estas iniciativas?
- Como poderia este Projecto ser melhorado?
- A que regras tem este projecto que respeitar?

ANEXO IV

Emissões de GEE por fonte de emissão*

	2006	2007	2008	2009	Variação	
	(tCO2e)	(tCO2e)	(tCO2e)	(tCO2e)	%	08'09(%)
Âmbito 1 - Emissões directas						
Consumo de combustíveis nas instalações	124	52	38	115	0,3	+200,1%
Gasóleo	21	35	38	34	0,1	-12,5%
Nafta	103	17	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Gás natural	n.a.	n.a.	n.a.	82	0,2	n.a.
Consumo de combustíveis na frota própria	2 783	3 204	3 704	3 909	9,2	+5,5%
Gasolina	356	278	214	192	0,5	-10,4%
Gasóleo	2 516	2 927	3 491	3 718	8,8	+6,5%
Fugas de f-gases em equipamentos das instalações	66	86	197	157	0,4	-20,5%
Em equipamentos dos edifícios centrais	66	86	99	115	0,3	+16,1%
F-gases em equipamentos de refrigeração	6,16	6,25	6,57	6,43	0,02	-2,2%
F-gases em equipamentos de climatização	59	79	92	108	0,3	+17,4%
Em equipamento da Rede Comercial			98	42	0,1	-57,3%
F-gases em equipamentos de refrigeração	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
F-gases em equipamentos de climatização	n.d.	n.d.	98	42	0,1	-57,3%
Total âmbito 1	3 062	3 342	3 940	4 181	9,9	+6,1%
Âmbito 2 - Emissões Indirectas da Produção de Electricidade						
Consumo de electricidade nas instalações	24 564	23 662	48 366	36 010	84,9	-25,5%
Edifícios Centrais	24 64	23 662	23 050	16 703	39,4	-27,5%
Rede Comercial	n.d.	n.d.	25 315	19 307	45,5	-23,7%
Total âmbito 2	24 564	23 662	48 366	36 010	84,9	-25,5%
Total âmbito 2 (Normalizado)	24 564	23 662	48 366	48 231	88,3	-0,3%
Âmbito 3 - Outras Emissões Indirectas						
Deslocações em serviço em veículos de terceiros	1 816	1 654	1 921	2 181	5,1	+13,5%
Avião	832	884	1 176	1 506	3,6	+28,1%
Comboio	67	50	80	75	0,2	-6,4%
Transporte individual	917	721	666	600	1,4	-9,9%
Tratamento de resíduos produzidos nas instalações	206	209	220	48	0,1	-78,1%
Val. Energética / Dep. no solo	206	209	220	48	0,1	-78,1%
Total âmbito 3	2 022	1 863	2 141	2 229	5,3	+4,1%
Total	29 648	28 868	54 446	42 420	100%	-22,1%
Total (Normalizado)	29 648	28 868	54 446	54 642	100%	+0,4%

Nota:

Valores normalizados obtidos por aplicação, ao consumo de electricidade nas instalações, do factor de emissão representativo do Sistema Eléctrico Nacional (Despacho nº 17313/2008 relativo ao Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia) utilizado nos inventários 2006 a 2008. Em 2009, as emissões efectivas foram calculadas com base no mix energético dos fornecedores de electricidade contratados pela CGD ao longo do ano.

ANEXO V

CONSUMOS E DESPESAS COM ELECTRICIDADE - EDIFÍCIO SEDE CGD

	2009			2010			Variação		
	Consumo (kWh)	Custo (€)	Custo Médio (€/kWh)	Consumo (kWh)	Custo (€)	Custo Médio (€/kWh)	Consumo (kWh)	Custo (€)	Custo Médio (€/kWh)
Janeiro	3.081.390	257.646	0,0836	3.082.975	237.145	0,0769	1.585	-20.502	-0,0067
Fevereiro	3.369.370	290.142	0,0861	3.036.383	231.023	0,0761	-332.988	-59.119	-0,0100
Março	2.873.630	245.932	0,0856	2.817.051	214.267	0,0761	-56.579	-31.664	-0,0095
Abril	2.943.459	254.861	0,0866	3.024.366	234.108	0,0774	80.907	-20.752	-0,0092
Maio	2.900.158	252.026	0,0869	3.052.080	234.686	0,0769	151.922	-17.339	-0,0100
Junho	3.014.549	263.315	0,0873	3.023.586	233.532	0,0772	9.037	-29.783	-0,0101
Julho ⁽¹⁾	3.008.500	263.490	0,0876	3.723.382	290.707	0,0781	714.882	27.217	-0,0095
Agosto	3.049.985	261.530	0,0857	3.343.080	261.670	0,0783	293.095	141	-0,0075
Setembro	3.061.437	261.250	0,0853	3.214.092	251.036	0,0781	152.655	-10.215	-0,0072
Outubro	3.010.007	253.486	0,0842	3.128.555	244.065	0,0780	118.548	-9.421	-0,0062
Novembro	3.234.492	271.757	0,0840	2.909.680	221.900	0,0763	-324.812	-49.856	-0,0078
Dezembro ⁽²⁾	2.824.474	237.340	0,0840	2.921.835	222.997	0,0763	97.361	-14.343	-0,0077
Total	36.371.451	3.112.774	0,0856	37.277.065	2.877.136	0,0772	905.614	-235.637	-0,0085

(1) No mês de Julho de 2010 o período de facturação foi do dia 28 de Junho a 31 de Julho tendo deste modo sido contabilizados mais dias neste mês que o habitual. Este facto deve-se ao acerto do período de contagem de energia desde o 1º dia ao último dia de cada mês por parte da EDP Corporate. (2) O mês de Dezembro a informação foi apurada pelo site EDP Corp. na ausência de informação em SAP.

ANEXO VI

Consumos Mensais Electricidade do Edifício Sede da CGD (2006 a 2009)

	2006	2007	2008	2009
Jan	3.324.710,00	3.326.640,00	3.258.540	3.081.390
Fev	3.378.900,00	3.215.480,00	3.329.120	3.369.370
Mar	2.984.300,00	2.991.450,00	3.075.060	2.873.630
Abr	3.193.040,00	3.280.672,00	3.182.870	2.943.459
Mai	3.195.010,00	3.188.830,00	3.093.190	2.900.158
Jun	3.374.657,00	3.236.800,00	3.231.220	3.014.549
Jul	3.442.670,00	3.262.870,00	3.178.967	3.008.500
Agosto	3.505.380,00	3.273.830,00	3.242.400	3.049.985
Set	3.479.920,00	3.373.151,00	3.315.020	3.061.437
Out	3.466.360,00	3.262.720,00	3.139.320	3.010.007
Nov	3.398.070,00	3.210.640,00	3.239.910	3.234.492
Dez	3.159.960,00	3.334.810,00	2.856.080	2.824.474
Total	39.902.977,00	38.957.893,00	38.141.697,00	36.371.451
Fonte: Facturação EDP		Varição	-2,1%	-4,6%